

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO / COMPÓS
CNPJ: 00572.276/0001-44**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA COMPÓS
GESTÃO 2009-2011**

Às 14h do **dia 17 de junho de 2011**, a Diretoria da Compós deu início à reunião extraordinária do Conselho Geral, na qual estiveram presentes os membros da Diretoria, Itania Maria Mota Gomes (Presidente), Julio Pinto (Vice-Presidente) e Ana Carolina Escosteguy (Secretária-Geral) e os conselheiros dos Programas PUC-SP, UFBA, UFRJ, UMESP, UnB, UNICAMP, USP – Ciências da Comunicação, PUCRS, Unisinos, UFMG, UFRGS, UFF, UTP, Cásper Líbero, UFPE, UERJ, UNIP, UNESP, PUC-Rio, ESPM-SP, UFSM, UNISO, UAM, PUC-Minas, UFJF, UFG, UFSC, UFSCar, UCB, UFPB, UFC, UFAM, USCS, UFRN, USP - Meios e Processos Audiovisuais, UFPR, UFPA. Ausentes: UNIMAR e UEL. A reunião foi realizada no Hotel Embaixador, em Porto Alegre, e teve a seguinte pauta: **Informes; 1. Homologação da ata da reunião dos dias 28 e 29 de abril de 2011; 2. Processo de filiação do Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará; 3. XX Encontro Anual da Compós, UFRGS, Porto Alegre: avaliação; 4. Livro Compós 2012: definição de tema e comissão editorial; 5. Definição de data e local de realização da próxima reunião do Conselho; 6. Homologação do Relatório da Gestão e Prestação de Contas 2009/2011; 7. Agenda de Pesquisa em Comunicação/CNPq: encontro com representantes de área no CA/AC; 8. Políticas científicas e acadêmicas para a Área: Tabelas de Áreas de Conhecimento (Discussão sobre as Especialidades); 9. Agenda permanente de avaliação/CAPES; O que ocorrer.** A presidente Itania Gomes agradeceu a presença de todos e lembrou que a dinâmica da eleição da Diretoria foi alterada pelo Conselho Geral na reunião de novembro de 2010, numa tentativa de contornar uma das principais dificuldades da transição entre as diretorias da Compós, o fato de que, para que o novo secretário-geral possa efetivamente assumir o controle financeiro e a movimentação bancária da associação, é necessário registrar a ata da reunião da eleição e encaminhá-la ao Banco do Brasil, o que tem levado até seis meses, dado que a ata da reunião de junho, quando acontece a eleição, só seria homologada na reunião do segundo semestre, e só depois disso registrada em cartório, de modo que o novo secretário-geral possa efetivamente assumir a gestão financeira da Associação. A presidente lembra, então, que nesta reunião serão discutidas as questões de pauta deliberativa corrente da Associação e que às 16 horas, impreterivelmente, deverá ser encerrada, de modo que, após pequeno intervalo, tenha início a reunião ordinária com ponto de pauta único, a eleição, com posse imediata da diretoria eleita e assinatura imediata da ata da reunião da eleição, solicitando aos colegas que permaneçam no local até que a ata seja finalizada, aprovada e assinada por todos os representantes. **Informes:** A secretária-geral da Compós, Ana Carolina Escosteguy, informa que está circulando entre os conselheiros uma cópia do mapa das semestralidades e uma prestação de contas dos meses de abril, maio e junho, período correspondente ao intervalo entre a última prestação de contas, em abril, e esta reunião. Sobre as inscrições, Ana Carolina informa que, até esta data, foram pagas 375 inscrições em um total de R\$ 68.620,00 do qual já foi descontada a cobrança de cinco reais por boleto. A secretária informa também que o saldo da conta corrente da Compós é de R\$ 74.546,39, da aplicação é R\$ 129.678,13 e o saldo total é de R\$ 204.224,52. Itania Gomes solicita que a prestação de contas possa ser aprovada junto com o relatório final da gestão. Ana Carolina Escosteguy informa que todos os programas estão com a semestralidade 2010.2 quitada e, portanto, aptos a votar. Ainda entre os informes, o vice-presidente da Compós, Julio Pinto, resume a reunião realizada com os coordenadores de GTs, na manhã deste mesmo dia. Informa que a opinião geral é de que as reuniões correram muito bem e que a forma de organização foi eficaz. Houve bom nível de renovação na participação nos GTs e os coordenadores relataram algumas reivindicações com recorrência, sobretudo, da questão de financiamento dos vice-coordenadores. A sugestão é de que a diretoria da Compós continue fazendo gestão desse financiamento junto aos programas de origem dos vice-

coordenadores. Outro pedido que pareceu justo foi o de emissão de certificados para os pareceristas, vice-coordenadores e relatores e o vice-presidente informa que isso será providenciado. Ana Carolina Escosteguy informa que a distribuição do livro da Compós 2011 está sendo feita pela secretária-executiva, presente à reunião, juntamente com o livro de atualização das informações e documentos na período da gestão que se encerra. Itania Gomes informa que recebeu a comunicação oficial de filiação da Compós à SBPC. Maria Immacolata Lopes informa sobre a realização do Confibercom e solicita a colaboração dos programas no preenchimento de um formulário para o Fórum Iberoamericano de Pós-Graduação, que será realizado no dia 04 de agosto. **Ponto 1. Homologação da ata da reunião dos dias 28 e 29 de abril de 2011.** Não há manifestações quanto a demandas de revisão e a ata é aprovada por unanimidade. **Ponto 2. Processo de filiação do Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará.** Gislene Silva lê o seu parecer, favorável ao pedido de filiação. Laan Mendes lê o seu parecer, também favorável. Itania Gomes agradece o trabalho dos pareceristas e submete os pareceres à apreciação do Conselho. Os pareceres são aprovados sem nenhum voto contrário. O programa da UFPA é o 39º programa filiado à Compós. A presidente Itania Gomes parabeniza os colegas do Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará. Os pareceres estão anexados a esta ata (ANEXOS I e II). **Ponto 3. XX Encontro Anual da Compós, UFRGS, Porto Alegre: avaliação.** O vice-presidente, Julio Pinto, informa que a avaliação foi altamente positiva, com ênfase dada à cortesia dos monitores e organizadores e às novas instalações da Fabico/Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Informa também que houve elogios ao seminário internacional e à mesa dos presidentes da Compós. Julio Pinto agradece e passa a palavra a Maria Helena Weber, coordenadora do encontro. Maria Helena Weber informa que a XX Compós teve a participação de 430 inscritos, entre pagantes e isentos por determinação do Conselho Geral. Segundo um levantamento ainda preliminar, 25% dos autores estão pela primeira vez na Compós. A coordenadora do XX Compós agradece a todos os envolvidos na realização do evento, e pede para que conste em ata seus agradecimentos especiais aos professores e alunos que realizaram a 20ª. **COMPÓS:** na Coordenação Executiva, os professores da pós-graduação e da graduação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Alex Primo, Alexandre Silva, Ana Cláudia Gruszynski, Karla Muller, Marcia Benetti, Maria Berenice Machado, Miriam de Souza Rossini, Ricardo Schneiders da Silva, Rudimar Baldissera, Sandra Maria Gonçalves, Sonia Caregnato e Valdir Morigi; na Secretaria Executiva, aos doutorandos Marja Pfeiffer Coelho, Leandro Stevens, Denise Avancini Alves, Sandra Barreras Bittencourt e Acácio Vêras Jr.; na Criação e Programação Visual, à mestranda Patricia Damasceno; e na Produção Executiva, aos professores e alunos de graduação vinculados ao Caixola – Clube de Criação da FABICO. Segundo Maria Helena Weber, a realização do encontro sem a sua presença, uma vez que teve que se ausentar para participar de uma reunião na Capes, em Brasília, foi a prova de que todas as comissões funcionaram bem. **Ponto 4. Livro Compós 2012:** definição de tema e comissão editorial. Itania Gomes passa a palavra ao vice-presidente, Julio Pinto, para que ele apresente ao Conselho a proposta da diretoria. Julio Pinto sugere que o tema Mediações e Mdiatização seja o cerne de discussão do livro, já que há um grande esforço de boa parcela da comunidade da área em concentrar a sua atenção em torno dessas questões. A proposta de ementa é: Matrizes epistemológicas e suas possíveis articulações. Autocríticas e perspectivas. Repercussões no campo da pesquisa empírica em comunicação. Aportes teórico-metodológicos dos estudos na área. Itania Gomes coloca a proposta em discussão e, em seguida, em votação. O tema e ementa do Livro Compós 2012 são aprovados unanimemente. Para a comissão editorial, a diretoria propõe os nomes de Maria Angela Mattos (PUC Minas), Jeder Janotti Júnior (UFPE) e Nilda Jacks (UFRGS), o que também foi aprovado sem objeções. **Ponto 5. Definição de data e local de realização da próxima reunião do Conselho.** Itania Gomes sugere que a próxima reunião do Conselho seja feita no Rio de Janeiro e informa que Miguel Serpa ofereceu acolher os representantes na PUC Rio. A presidente pede que sejam previstos dois dias de reunião, e propõe os dias 10 e 11 de novembro. Maria Helena Weber, coordenadora de área na CAPES, pede que a reunião seja adiantada por conta de mudanças anunciadas na avaliação da área, e sobre as quais ela irá informar ao Conselho até o final desta reunião, e diz que muito

provavelmente haverá convocação do fórum de coordenadores de cursos. A decisão sobre local e datas da próxima reunião fica postergada até a discussão do Ponto 9, depois de detalhadas as informações sobre a reunião com a Capes. **Ponto 6. Homologação do Relatório da Gestão e Prestação de Contas 2009/2011.** Itania Gomes informa que o relatório foi enviado pela lista de discussão, para apreciação prévia dos conselheiros, e que a prestação de contas foi apresentada, impressa, pela secretária-geral no início da reunião. Informa ainda que alguns poucos dados precisarão ser atualizados para contemplar os últimos dias da gestão. Itania Gomes ressalta que o relatório mostra que a gestão conseguiu consolidar a Compós como espaço para diagnóstico, debate e definição das políticas científicas e acadêmicas para a área da Comunicação, através do favorecimento de um amplo e aberto diálogo com as agências internacionais, nacionais e estaduais de pesquisa e pós-graduação, em especial Capes e CNPq; com a coordenação de área na Capes; com as áreas que compõem as Ciências Sociais Aplicadas; com demais associações científicas e acadêmicas da Comunicação; com as instituições de pesquisa internacionais e nacionais; com os programas de pós-graduação; com órgãos públicos. A presidente destaca, como realizações principais da Diretoria, a consolidação das relações com o CNPq e o Ministério de Ciência e Tecnologia; a rediscussão da tabela de área; o acompanhamento, em conjunto com o Conselho, da Socicom – acredita que foi importante um acompanhamento feito diretamente pela diretoria com a aprovação do pedido de mudança do estatuto; o debate sobre as diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo; o esforço de internacionalização; a criação do Accredited Programs. Ela agradece aos editores que passaram pela Revista e-compós durante a gestão e às comissões editoriais dos livros da Compós. Itania Gomes destaca ainda o processo de profissionalização da secretaria, com a digitalização de documentos, contratação de secretária-executiva, implantação de boletos para inscrições no encontro anual e para semestralidades; a realização do seminário internacional com Michael Schudson, a criação do Prêmio Compós de Teses e Dissertações. A presidente, então, submete o Relatório Final de gestão e a prestação de contas à avaliação do Conselho. Miguel Serpa pede a palavra para agradecer à diretoria pelo trabalho realizado e pela gestão das diferenças entre os programas, no que é apoiado pelos conselheiros. O Relatório Final de Gestão Biênio 2009/2011 e a prestação de contas são aprovados por unanimidade. O Relatório Final de Gestão Biênio 2009/2011 segue anexado a esta ata (Anexo III). **Ponto 7. Agenda de Pesquisa em Comunicação/CNPq:** encontro com representantes de área no CA/AC. André Lemos, representante de área junto ao CNPq, é convidado para a mesa. Ele justifica a ausência dos demais representantes e apresenta um balanço da última reunião do Comitê de Assessoramento. André Lemos reitera que é importante que a área demande recursos, que concorra aos editais, porque quanto mais recurso for demandado, mais recurso haverá, e apresenta um relato dos dados de bolsas e auxílios recomendados pelo CA. André Lemos informou que houve uma recomendação do CNPq de que nenhum pesquisador mudasse para nível 1, por restrições orçamentárias. O mesmo aconteceu em relação a bolsa de doutorado, pois há um pedido do CNPq para que os representantes sejam bastante rigorosos na avaliação de solicitações de bolsas de doutorado pleno no exterior. Nenhuma foi aprovada porque nenhuma foi considerada importante. André Lemos solicita que os pareceristas ad hoc sejam mais cuidadosos, mais atentos aos prazos e à qualidade dos pareceres emitidos, pois esses pareceres muitas vezes não são recebidos e, às vezes, chegam quando a comissão já está trabalhando; pede, também, que os pareceres sejam mais completos; e solicita aos conselheiros que transmitam essa sua solicitação aos docentes de seus programas. André Lemos diz que está informado de que a Tabela de Áreas do Conhecimento está em discussão na Compós e se coloca à disposição para encaminhar a discussão no CNPq assim que a área fechar sua proposição. Sobre as próximas reuniões do CA, informa que haverá uma reunião para avaliação de demandas de bolsas especiais e dos editais universais em setembro, e que ele acredita que o edital de Ciências Sociais e Humanas também será avaliado nessa reunião. Há outra reunião prevista para outubro ou novembro, mas ainda não foi definido. Após responder a algumas questões dos coordenadores presentes, André Lemos diz que fará circular na lista da Compós as informações que apresentou, agradece a atenção dos conselheiros e parabeniza a gestão que se encerra, desejando longa vida à continuação do trabalho. Em razão do horário e da importância das informações que Maria Helena

Weber tem da sua última reunião na Capes, Itania Gomes propõe uma inversão da pauta, de modo que seja priorizada a discussão do **Ponto 9. Agenda permanente de avaliação/CAPES**, deixando o **Ponto 8. Políticas científicas e acadêmicas para a Área**: Tabelas de Áreas de Conhecimento (Discussão sobre as Especialidades) para o final, se houver tempo, o que foi aceito pelo conjunto dos representantes presentes. Maria Helena Weber informa que participou pela primeira vez na condição de coordenadora da área de Ciências Sociais Aplicadas - Comunicação, Ciências da Informação e Museologia – da reunião do CTC da CAPES. Apresentou algumas questões que estão sendo consideradas prioritárias, de acordo com a presidência e a diretoria de avaliação da agência, tais como questões relacionadas à qualidade e à defasagem entre o desenvolvimento econômico do país e o avanço da ciência e sugere que na próxima reunião se discuta o que significa qualidade para a área. Um dos primeiros desafios é da ordem da qualidade. Outras questões referem-se ao aumento da multidisciplinaridade em todas as áreas e à necessidade de mestrados profissionais. Sobre a avaliação e classificação dos periódicos, a Capes está fazendo uma análise geral, com dados cruzados que serão depois enviados às áreas para avaliação e classificação. A grande novidade: cada área deverá escolher duas revistas para chegarem ao nível A1, em até 3 anos, e competir internacionalmente. Aguarda-se formalização dessa decisão, quando, então, as revistas de cada área poderão apresentar um planejamento para receber recursos. Isso implica uma revisão de critérios do Qualis Periódicos e será oportunamente discutido. É preciso avaliar e definir critérios de qualidade para os periódicos. Um desafio importante para a área CSA é o investimento para a indexação de revistas. Sobre cursos novos, a Capes aprovou em 2010, 900 cursos novos. Sobre a Avaliação, um dos aspectos refere-se aos Cursos Nota 3. Todos os cursos que tiverem nota três por três vezes serão chamados na Capes e acompanhados diretamente, mas não existe nenhum caso deste na área CSA. Há uma grande mudança no sistema de avaliação: a avaliação continuada mudou, será apenas a avaliação do triênio. Isso já foi testado e chegaram à conclusão de que é possível fazer. A Capes está propondo que a avaliação seja feita pelo grande grupo de coordenadores dos programas. Caso não interesse à área, há que se justificar a recusa e a avaliação poderia ser feita de outro modo e submetida à aprovação. A Capes fez uma série de testes desses modelos de avaliação e o que deu mais certo foi esse, em termos de esclarecimento público, integração entre cursos novos e antigos, aprendizagem etc. Os programas precisam ter planejamento e definir metas. Sobre a qualificação docente, existem questões preocupantes, por exemplo, em certas áreas, onde docentes e pesquisadores estão chegando ao fim da carreira sem que haja novos profissionais para substituí-los; de doutores e egressos de PPGs altamente qualificados com problemas para exercer a docência. O aumento de concursos e o sistema Reuni/CAPES tem apontado isso. A discussão sobre bolsas e vínculos de trabalho ainda persiste, já que não existem dados absolutos disponíveis sobre a qualidade na formação de quem tem bolsa e trabalha, ou quem não tem, por exemplo. Maria Helena relata que há estudos para inclusão na Plataforma Lattes da aba Inovação, assim como sobre a possibilidade de tornar o Data Capes mais amigável. Relata que está sendo desenvolvida uma plataforma, a Plataforma Sucupira, considerada um projeto ambicioso, pois pretende combinar os grandes bancos de dados dos programas de pós-graduação, da pesquisa e das instituições. Assim, será possível cruzar dados e legitimar informações e dados. Maria Helena diz que há muitas mudanças relacionadas à avaliação e funcionamento da pós-graduação. Eduardo Morettin relata uma dúvida sobre a dinâmica de funcionamento da avaliação anual. Maria Helena explica que os relatórios anuais serão feitos a partir da reunião dos coordenadores, que farão a auto-avaliação da área, como um relatório final dessa reunião que será disponibilizado no site da Capes. A segunda pergunta dele é sobre a questão da transdisciplinaridade e a classificação das revistas, se há a perspectiva de um trabalho nesse sentido. Maria Helena responde que a classificação continuará igual, variando por área – revistas que são 1 para Comunicação podem ser B2 para Ciências Sociais. Existem iniciativas em busca de uma padronização. Dimas Künsch pede para confirmar se esse modelo de avaliação com a reunião dos coordenadores já será aplicada para 2010. A informação é confirmada por Maria Helena. Juremir Machado também pede confirmação disso perguntando se há a possibilidade de que a área escolha não fazer essa reunião dos coordenadores. Maria Helena responde que se a área preferir continuar no modelo antigo, só com a avaliação trienal, talvez seja

possível, mas isso terá que ser aprovado pela CAPES. Eugenia Barrichelo informa que a plataforma se chama Sucupira em homenagem a um ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Newton Sucupira, que trabalhou muito pela pós-graduação no Brasil. Em razão do horário adiantado, Itania Gomes sugere que as questões e dúvidas dos conselheiros sejam apresentadas a Maria Helena Weber através da lista de discussão do Conselho e que o tempo final da reunião seja dedicado à deliberação sobre o **Ponto 5. Definição de data e local de realização da próxima reunião do Conselho**, o que é acatado pelo Conselho. Retomada a discussão, e como ainda não há decisões concretas sobre a agenda da Capes, o Conselho decide deixar em aberto o local e as datas de realização da próxima reunião, devendo o Conselho ser consultado através da lista de discussão. Não houve tempo para a discussão do **Ponto 8. Políticas científicas e acadêmicas para a Área: Tabelas de Áreas de Conhecimento (Discussão sobre as Especialidades, que deverá ser pautado para a reunião do segundo semestre.** No item **O que ocorrer**, o Conselho Geral aprova uma Moção de Pesar pela morte Milton José Pinto, docente da UFRJ e Secretário Geral da Associação no período de 1997 a 1999. Itania Gomes encerra a reunião agradecendo a todos que colaboraram com a diretoria no último biênio, aos conselheiros, aos editores da e-compós e dos livros anuais da Compós, à secretária-executiva, ao webmaster e, especialmente, a Julio Pinto e Ana Carolina Escosteguy. Nada mais havendo para discutir, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que vai assinada por mim, Ana Carolina D. Escosteguy, secretária-geral da Compós, e por todos os presentes na reunião.

ANEXO I

REUNIÃO COMPÓS 17 DE JUNHO DE 2011

PARECER: Filiação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

SOLICITANTE: Coordenadora do Programa, Profa. Maria Ataíde Malcher

CONSELHEIRA: Profa. Gislene Silva – POSJOR / UFSC

Conselheiros,

Em nome do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), a coordenadora Profa. Maria Ataíde Malcher vem solicitar a filiação do Programa junto à Compós.

A documentação apresentada traz, além da carta de solicitação (de 29/mar/ 2011), a ficha de recomendação do APCN; o ofício do Diretor de Avaliação da CAPES (nº. 012-10/2010/CTC, de 29/mar/2010) que recomenda o Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, modalidade *stricto sensu*, com nota 03 (três); o Projeto do Curso e as resoluções do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA que aprova (1) a criação do Curso de Mestrado (nº. 4.060, de 30/set/2010) e (2) o seu Regimento (nº. 4.063, de 08/out/2010).

Trata-se de Mestrado Acadêmico que tem como princípio a inserção regional e como estratégia o desenvolvimento de estudos de excelência nas questões comunicacionais que dizem respeito à Amazônia. Dentro da área de concentração Comunicação, Cultura e Amazônia, o Programa está organizado em duas linhas de pesquisa: *Mídia e Cultura na Amazônia*, que estuda os processos interpretativos das mídias e de suas ações comunicativas no contexto da realidade amazônica; e *Estratégias de Comunicação Midiática na Amazônia*, que investiga os processos midiáticos e seus funcio-

namentos. O corpo docente é constituído de oito professores e, entre as disciplinas oferecidas (num total de 15), temos Análise de objetos culturais e midiáticos, Mídia e meio ambiente, A poética do imaginário na cultura amazônica, Teorias da Comunicação e Metodologias da Pesquisa em Comunicação. O Programa tem, entre seus objetivos, atender a demanda reprimida e formar quadros docentes qualificados na área de Comunicação na região amazônica. A composição curricular está de acordo com este propósito, apresentando indicadores claros quanto à formação para a pesquisa.

O Programa atende a todos os requisitos para filiação, embora seja necessário fazer a seguinte observação quanto à exigência da atuação de docentes do programa solicitante em GTs da Compós: as normas exigem que pelo menos 1 (um) Professor do Corpo Permanente do Programa deva ter participado ou submetido trabalho em GT do Encontro Anual da COMPÓS nos últimos 2 (dois) anos. Uma das professoras do corpo docente, Netúlia Silva dos Anjos Seixas, apresentou trabalho em ano muito anterior, 2004. A Coordenadora nos informa, porém, que o professor Fábio Fonseca de Castro submeteu trabalho para o evento deste ano. O dado está disponível no site da Compós, na lista dos nomes de todos os que submeteram artigos por GT. Uma vez que a norma diz ter participado ou “submetido” trabalho em GT do Encontro Anual da COMPÓS nos últimos 2 (dois) anos, confirmamos que também esse requisito para filiação foi atendido pelo Programa.

Com base em todas estas considerações e levando em conta que a filiação a esta associação contribui no processo de consolidação dos novos programas, sou favorável a que este conselho aprove a filiação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA) à Compós.

Florianópolis, 20 de maio de 2011

Profa. Dra. Gislene Silva

A N E X O II

Porto Alegre, 14 de junho de 2011.

À COMPÓS

Conselho da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

Att: Profa. Dra. **Itania Maria Mota Gomes** – presidente

Ref: Pedido de filiação à COMPÓS apresentada pelo Programa de Pós-Graduação “Comunicação, Cultura e Amazônia” da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA)

PARECER

elaborado por Laan Mendes de Barros

Após análise da documentação apresentada pelos colegas do PPGCOM da UFPA, apresento PARECER FAVORÁVEL à filiação do referido Programa de Pós-Graduação à nossa Associação. A sustentação de tal encaminhamento se dá nos seguintes pontos observados:

- a) O Programa estruturado na UFPA, com nome e área de concentração em “Comunicação, Cultura e Amazônia”, se insere de maneira consistente em nossa área de conhecimento, ao tomar a Comunicação em suas relações com a Cultura no contexto da região amazônica.
- b) O projeto apresentado por aquela Universidade Federal foi avaliado e recomendado pela CAPES e se encontra regularmente em funcionamento, submetendo-se aos critérios de avaliação da área.
- c) A clara identidade e compromisso com a região amazônica, em articulações com o meio ambiente e a cultura regional, dá ao PPGCOM da UFPA uma singularidade e legitimidade em sua proposta, que merece ser valorizada pelos demais programas de pós-graduação da área da Comunicação.
- d) Sua presença na COMPÓS fortalecerá o caráter “nacional” da Associação e permitirá o intercâmbio científico entre as regiões do país, com benefícios tanto para aqueles que se encontram em centros de maior tradição na Pós-Graduação em comunicação, como para aquele Programa que busca sua consolidação.
- e) Observa-se que o pedido de filiação da UFPA, ora avaliado, reúne todas as condições previstas nas Normas para filiação à COMPÓS, caracterizando-se em curso *stricto sensu*, de nível Mestrado, devidamente autorizado pelos Órgãos Superiores da sua IES.
- f) O PPGCOM da UFPA informou a participação de três de seus docentes em GTs do Encontro Anual da COMPÓS, sendo um deles – Fábio Fonseca de Castro – com trabalho aprovado na 20ª. Edição do evento, realizada nesta ocasião, na capital gaúcha.
- g) O curso da UFPA é um Mestrado acadêmico, com propostas curriculares que indicam uma clara preocupação com a formação para a pesquisa, que mantém corpo docente qualificado, composto de doutores – vários deles com titulação recente – em número suficiente para responder pelas atividades de ensino, de pesquisa e de orientação previstas no projeto recém implantado.

Por estas razões recomenda-se o ingresso, em caráter definitivo, do PPGCOM da UFPA na COMPÓS, na certeza de que tal decisão do Conselho de Representantes dará maior representatividade e qualidade à nossa Associação.

Laan Mendes de Barros

Representante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo

A N E X O III

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/Compós

Relatório Final de Gestão
Biênio 2009/2011

Itania Maria Mota Gomes (Presidente)
Julio Pinto (Vice-Presidente)
Ana Carolina Escosteguy (Secretária Geral)

Em 17 de junho de 2011

1. Consolidação da Compós como espaço para diagnóstico, debate e definição das políticas científicas e acadêmicas para a área da Comunicação, através do favorecimento de um amplo e aberto diálogo com as agências internacionais, nacionais e estaduais de pesquisa e pós-graduação, em especial Capes e CNPq; com a coordenação de área na Capes; com as áreas que compõem as Ciências Sociais Aplicadas; com demais associações científicas e acadêmicas da Comunicação; com as instituições de pesquisa internacionais e nacionais; com os programas de pós-graduação; com órgãos públicos.

1.1. Agenda permanente de avaliação/CAPES. A diretoria da Compós manteve permanente diálogo com a coordenação de área na Capes durante todo o seu mandato. O Coordenador de área até março de 2011, Marcius Freire, participou de quase todas as reuniões do Conselho Geral da Compós, e a diretoria da Compós participou, como convidada da coordenação de área, das reuniões do Fórum de Coordenadores de Ciências Sociais Aplicadas I. O diálogo permanente entre a coordenação de área e a diretoria aliado à discussão permanente, no âmbito do Conselho Geral da Compós, sobre as políticas gerais da área, possibilitaram maior clareza dos temas em debate e foram fundamentais para recuperação de um ambiente produtivo de discussão sobre as políticas de avaliação.

Além disso, a Compós teve participação ativa na construção da candidatura de Maria Helena Weber para coordenação de área para o período 2011/2014, e ofereceu, no espaço de reunião do Conselho Geral em novembro de 2010, uma sessão de apresentação e debate de suas propostas.

1.2. Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020. A Compós encaminhou à Capes um documento com sugestões para o PNPG 2011-2020. O documento integral está anexado a este relatório (Anexo I)

1.3. Audiência com o presidente da CAPES. A diretoria da Compós reuniu-se com Jorge Guimarães, presidente da Capes, e Lívio Amaral, diretor de Avaliação, no dia 28 de abril de 2010. Entre os assuntos tratados estavam os critérios utilizados pela CAPES para definir que associações serão consultadas sobre a escolha do coordenador de área, os prazos para os então atuais mandatos dos coordenadores de área, que seriam prorrogados até março de 2011, e o calendário da avaliação trienal.

1.4. A Compós realizou uma **reunião conjunta do seu Conselho Geral com a equipe técnica do CNPq**, em 29 de abril de 2010. Participaram da reunião, pelo CNPq, Glaucius Oliva, então Diretor de Programas Horizontais e Instrumentais, Maria Ângela Cunico, Coordenadora Geral da área de Ciências Humanas e Sociais, Maria Aparecida Pereira da Silva, Coordenadora do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, e os técnicos Luiz Cláudio Pimentel Batista, Gustavo Marcos Valadão e Ricardo Guanabara Leal. Foram discutidas as políticas de pesquisa e fomento do CNPq, em especial para a área da Comunicação, os percentuais de participação da área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e da sub-área da Comunicação nas bolsas de produtividade em pesquisa e nos editais; percentual de bolsas PQ na área de Humanas e Sociais Aplicadas, dados sobre demanda da sub-área da Comunicação em relação a bolsas de mestrado e doutorado, editais e procedimentos e processos específicos do CNPq, sistemática e prazos para renovação do CA em junho, a revisão da Tabela de Áreas de Conhecimento, sugestões de reformulação da Plataforma Lattes. Como resultado da reunião, a diretoria da Compós propôs que a associação elaborasse um diagnóstico sobre a demanda não atendida de bolsas de mestrado e doutorado, a partir das informações fornecidas pelos PPGs, a ser enviado ao CNPq, a retomada da discussão sobre a Tabela de Áreas do Conhecimento e sugestões de alterações na Plataforma Lattes. O diagnóstico de demanda de bolsas e as sugestões para a Plataforma Lattes foram encaminhados ao CNPq. Os documentos finais estão anexados a este relatório (Anexos II e III, respectivamente).

1.5. Retomada da discussão sobre a Tabela de Áreas do Conhecimento. Na reunião conjunta do seu Conselho Geral com a equipe técnica do CNPq, a Compós reabriu a discussão sobre a Tabela de Áreas do Conhecimento. Seguindo informação do diretor, Glaucius Oliva, de que ele encaminhará as sugestões de TAC que sejam definidas pelas áreas - a Compós vem, desde então, discutindo o assunto. Num primeiro momento, foram retomados os documentos elaborados,

em 2005, pelo Conselho da Compós e pela representação de Área no CNPq à época, seguido de debate nos diversos programas de pós-graduação. Em sua reunião de abril de 2011, a partir das propostas encaminhadas pela PUC Minas e pela Unisinos, o Conselho Geral da Compós deliberou sair de Ciências Sociais Aplicadas I e propor uma **Grande Área em Comunicação e Sistema de Informação** (a ouvir a Ancib sobre a denominação no que se refere a eles). A Compós deliberou, também, a identificação das **Áreas** em torno de Comunicação; e Sistema de Informação (a consultar Ancib). O Conselho Geral da Compós reafirmou os seguintes princípios, na definição de nova TAC: a) nenhum dos itens da tabela pode ser tomado como ângulo excludente de outras perspectivas complementares; b) a criação de “especialidades” deve ser aberta. Os **Eixos** transversais foram mantidos tais como apresentados na proposta da Unisinos: 1. **Teorias e metodologias** - compreendem as especificidades teórico-metodológicas da Comunicação; 2. **Ensino em Comunicação** – reflexão sobre os processos formativos de recursos humanos na área; 3. **Processos sociais** - expressam as dimensões históricas, políticas, ideológicas, culturais e econômicas dos processos comunicacionais; 4. **Processos interacionais** - traduzem a diversidade dos regimes de interação, mediados ou não pelos dispositivos tecnomidiáticos e suas formas de produção e circulação de sentidos; 5. **Linguagens** - compreendem os processos e modos de funcionamento das linguagens constitutivas das mídias e dos processos comunicacionais; 6. **Ética e Deontologia** – que interessa às áreas voltadas para as práticas sociais, como é o caso de jornalismo e publicidade; 7. **Estética** – preocupa-se com as percepções, sensações e emoções atualizadas nos processos comunicacionais elencados pela área. Sobre as **Subáreas da Comunicação**, foram aprovadas as seguintes denominações: 1) Epistemologia e Teorias da Comunicação; 2) Comunicação audiovisual, imagética e sonora; 3) Tecnologias da comunicação; 4) Comunicação Jornalística; 5) Comunicação em Publicidade e Propaganda; 6) Comunicação Organizacional; 7) Comunicação e produção editorial; 8) Comunicação e processos de recepção, de interação e de consumo; 9) Comunicação nas dinâmicas socioculturais; 10) Comunicação e interfaces disciplinares. A discussão sobre as **especialidades** estava pautada para a reunião de 17 de junho de 2011, a partir de uma sistematização, realizada pela Diretoria, das propostas encaminhadas pelos Programas, mas não houve tempo para discussão. O assunto deverá ser retomado na reunião do Conselho Geral no segundo semestre, mas, de todo modo, ficou decidido que as especialidades não devem ser compreendidas como uma lista exaustiva de todas as possíveis especialidades de cada subárea, já que um dos princípios da proposta é de que a criação de especialidades deva ser aberta, oferecendo as possibilidades contidas na subárea.

1.6. A diretoria da Compós participou da **Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**, realizada em Brasília, nos dias 26 a 28 de maio de 2010.

1.7. Discussão de **Estratégias para Divulgação Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. A Compós foi convidada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e CNPq a coordenar uma reunião realizada no CNPq, em 26 de fevereiro de 2011, para discussão de estratégias de divulgação e popularização de C, T & I.

1.8. Participação da Compós na **Renovação dos Comitês de Assessoramento/CNPq** e permanente diálogo com nossos representantes de área, seja através de sua participação nas reuniões do Conselho Geral da Compós, seja no permanente diálogo entre representantes e diretoria da Compós.

1.9. A Compós tem discutido, permanentemente, itens específicos de **políticas científicas e acadêmicas da área**. Assim, existem atualmente 6 comissões trabalhando para a elaboração de documentos sobre a avaliação de livros e periódicos, sobre internacionalização, regionalização e assimetrias regionais, modelos de organização e financiamento e áreas prioritárias. Essas comissões preparam, atualmente, um diagnóstico geral sobre cada um dos temas, seguidos de sugestões de ações no âmbito da Compós e sugestões para incorporação no documento de área da Capes, quando for o caso.

1.10. Participação efetiva e acompanhamento próximo das atividades da **SOCICOM - Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação**. A Compós é sócio-fundadora da Socicom, em decisão do Conselho Geral da Compós tomada em 24 e 25 de

outubro de 2007. Na nossa gestão, as relações da Compós com a Socicom foram objeto de avaliação permanente, sendo ponto de pauta específico em praticamente todas as reuniões do Conselho Geral que realizamos. Desde o início, em razão das preocupações quanto à atuação e às finalidades da Federação, a diretoria assumiu para si, com apoio unânime dos representantes dos PPGs, a representação no Conselho Deliberativo da Socicom, de modo a que fosse a diretoria da Compós a acompanhar diretamente a atuação da Federação. Esse acompanhamento próximo nos levou a participar das reuniões da Socicom, em suas diversas instâncias, e a colaborar com todos os projetos coletivos da Federação: a Compós participou da realização do Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil, acordo da Socicom com o IPEA, investindo financeiramente, inclusive, no levantamento de dados sobre a pós-graduação e produzindo dois capítulos da publicação, um da diretoria, sobre Antecedentes, tendências e perspectivas da Pós-Graduação em Comunicação, e um sobre a memória institucional da Associação, de autoria de José Luiz Braga; a Compós é uma das organizadoras do I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana e do I Fórum Ibero-Americano de Pós-Graduação em Comunicação.

A atuação da Compós na Socicom foi também política, o que culminou na alteração do estatuto da Federação a partir de uma solicitação formal da Compós ao Conselho Deliberativo da Socicom. A Compós rejeitou firmemente a interpretação de que a Compós e, por consequência, as demais associações científicas filiadas teriam, ao se filiarem, passado *carte blanche* para que a Federação as representasse em toda e qualquer matéria. Essa interpretação parecia estar sustentada no parágrafo II do artigo 4º do Estatuto da Federação, que dispunha sobre seus objetivos e afirmava que caberia à Socicom "representar os associados junto às instituições responsáveis pelas políticas públicas de ciência e tecnologia, aos órgãos reguladores e avaliadores do ensino superior e às agências de fomento à pesquisa científica, artística e tecnológica no país". Em atitude firme, o Conselho Geral da Compós, reunido no dia 11 de junho de 2010, acolheu encaminhamento da diretoria e solicitou ao Conselho Deliberativo da Socicom uma alteração no seu Estatuto, de modo a oferecer garantia estatutária contra a eventual possibilidade de uma ingerência da Federação nas atribuições históricas da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação ou de quaisquer das demais afiliadas e reafirmou sua compreensão de que o papel da Socicom deve ser o de representar, no que couber, o conjunto das associações em relação aos temas e áreas de interesse do coletivo das associações filiadas e, de modo algum, aos temas e áreas de atuação históricas e específicos de cada uma das associações individualmente.

Em reunião do Conselho Deliberativo da Socicom, realizada em 25 de março de 2011, a solicitação da Compós foi discutida e o estatuto da Federação, alterado. A nova redação do parágrafo II do Artigo 4 do Estatuto da SOCICOM ficou definida na seguinte forma:

“Art. 4º – A SOCICOM tem como objetivos:

[...]

II – representar as entidades filiadas junto às instituições responsáveis pelas políticas públicas de ciência e tecnologia, aos órgãos reguladores e avaliadores do ensino superior e às agências de fomento à pesquisa científica, artística e tecnológica no país ou no exterior, respeitadas as matérias que sejam das competências específicas e históricas das associações-membros.”

1.11. A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação manifestou-se publicamente quanto ao teor e as consequências da proposta de **Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo** formulada pela comissão de especialistas indicada pelo Ministério da Educação e elaborou um documento (ver Anexo IV), amplamente divulgado, com suas avaliações sobre a proposta de diretrizes para a formação do aluno de Comunicação e para o Jornalista, sobre as questões que envolvem mais diretamente a formação para a docência e para a pesquisa e sobre questões políticas e de políticas acadêmicas. A atomização do campo comunicacional que a adoção das diretrizes propostas poderia vir a causar numa área que vem

tentando se construir do ponto de vista acadêmico-científico e suas consequências para a formação do aluno de Comunicação e do Jornalista, a formação para a docência e para a pesquisa; a relação do Jornalismo e, de modo geral, do que hoje são as habilitações, com a área da Comunicação; a concepção de comunicação, de produção do conhecimento e de formação universitária que estrutura a proposta das novas diretrizes; a concepção de Jornalismo que sustenta a proposta; o modo como o Trabalho de Conclusão de Curso está definido; e, finalmente, as consequências sobre a pós-graduação foram os aspectos abordados.

1.12. Carta Aberta sobre Projeto de Lei Nº 29. A Compós acolheu proposição do GT de Economia Política da Comunicação e lançou uma Carta Aberta sobre o Projeto de Lei nº 29 (Anexo V), documento que foi enviado a todos os deputados da Comissão de Ciência e Tecnologia, aos ministros de Ciência e Tecnologia, da Cultura e da Comunicação, além de vários órgãos de imprensa.

1.13. Filiação à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC. Em 13 de junho de 2011, a SBPC aprovou pedido de filiação da Compós, uma iniciativa da Diretoria da Compós para ampliar a participação da Associação no debate sobre as políticas para Ciência no Brasil.

2. Fortalecimento e qualificação da pós-graduação em Comunicação no Brasil, através da definição de políticas científicas e acadêmicas que visem à internacionalização da pesquisa e da produção intelectual dos pesquisadores brasileiros da área da Comunicação. Na primeira reunião do Conselho Geral realizada na gestão, a diretoria da Compós apresentou proposta de tradução dos sites da Associação e da *e-compós* dentro de sua política de internacionalização e, junto com os editores da revista, propôs a transformação da *e-compós* numa revista bilíngue; também por proposta da diretoria foi criado o Accredited Programs, a possibilidade de programas ou *curricula* não-brasileiros de pós-graduação em Comunicação se associarem à Compós:

2.1. Implantação de English Version do site da Compós, possibilitando maior visibilidade internacional do trabalho da Associação;

2.2. Implantação de English Version do site da Revista *e-compós* e reformulação da política editorial da revista, visando à ampliação da qualificação nos termos editoriais e às políticas de internacionalização da Compós. Assim, a partir de 2010 a *e-compós* passou a ser uma revista bilíngue e a receber textos originais em português, francês, inglês e espanhol. Todos os textos originais em Português terão versão em inglês e todos os textos originais em francês, inglês e espanhol terão versão em português. Desse modo, a Compós contribui para ampliar a visibilidade da produção científica de pesquisadores brasileiros. Nas edições de 2010, a Associação investiu R\$12.644,00 na tradução dos artigos da revista.

2.3. Criação do Accredited Programs, a possibilidade de programas ou *curricula* não-brasileiros de pós-graduação em Comunicação se associarem à Compós. O Accredited Program é um programa estrangeiro que realiza pesquisa e ensino de pós-graduação na área geral de comunicação, mesmo que, em sua denominação, não apareça estritamente a palavra comunicação. É um programa capacitado a receber as informações oficiais e participar dos Encontros Nacionais, listado no site da Compós, e que terá acesso privilegiado no caso de fortalecimento de laços formais com a Compós, para parcerias que levem ao intercâmbio de produção científica, docentes e discentes. O Accredited Program não terá voto no Conselho Geral da Compós.

3. Consolidação das políticas editoriais da Compós e qualificação das suas publicações, de modo que elas reflitam a excelência em pesquisa e exerçam um papel de condução do debate científico na área.

3.1. Em relação à **Revista *e-compós*** a diretoria apoiou o processo já empreendido de qualificação da revista, através de estratégias de internacionalização e de adesão a novos indexadores em bases de dados internacionais, além da sistematização dos procedimentos editoriais e da revisão do Conselho Editorial. Implantamos a English Version do site da Revista *e-compós* e

reformulamos a política editorial da revista, que passou, a partir de 2010 a ser uma revista bilíngue. Quanto à indexação, deixamos a revista em condições de inscrever-se no Scielo e no Portal de Periódicos da CAPES. Em anexo, relatório da Comissão Editorial, Adriana Braga e Felipe Trotta, para o período de julho de 2009 a maio de 2011 (Anexo VI).

3.2. Em relação ao livro Compós, reavaliamos os processos de produção e circulação e de definição de temas. Desde o primeiro livro publicado em nossa gestão, a Compós não tem custos. O livro de 2010, **Pesquisa empírica em comunicação**, organizado por José Luiz Braga, Luiz Claudio Martino e Maria Immacolata Vassallo de Lopez, foi publicado pela Editora Paulus com uma tiragem de 1.000 exemplares, sendo 200 para a Compós e 800 para venda pela editora. O livro de 2011, **Jornalismo contemporâneo. Figurações, impasses e perspectivas**, organizado por Gislene Silva, Dimas A. Künsch, Christa Berger e Afonso Albuquerque, foi publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA, nos mesmos termos do contrato de co-edição realizado com a Editora Paulus, mas com publicação também em formato de e-books, em versões para tablets (e-pub), leitores (kindles) e PDF, iniciando o “Selo Compós” para publicações eletrônicas, uma iniciativa que se insere numa política de publicação da Compós de legitimar os e-books. O tema do livro Compós 2011 foi proposto pela diretoria como forma de retomar os debates em torno das relações entre Jornalismo e Comunicação, motivados pela discussão que a Compós fez sobre a proposta de diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo. Também por proposta da Diretoria, o Conselho Geral aprovou, em sua reunião de 17 de junho, o tema **Mediações e Mídiação**, para o livro Compós 2012. Os organizadores serão Maria Ângela Mattos (PUC Minas), Nilda Jacks (UFRGS) e Jeder Janotti (UFPE).

4. Iniciativas e ações relacionadas aos processos internos da Associação.

4.1. Ampliação dos encontros anuais da Compós, de modo que o principal evento científico da Associação pudesse acolher o crescimento e fortalecimento dos programas de pós-graduação em Comunicação, garantindo o espaço para a interlocução científica nos níveis de excelência que sempre caracterizaram a Compós. No XIX Encontro Anual, realizado na PUC Rio, houve um total de 310 inscritos. No XX Encontro, realizado na UFRGS, até 17 de junho de 2011 foram realizadas 420 inscrições, entre pagantes e isentos por determinação do Conselho Geral.

4.2. Reclivagem dos Grupos de Trabalho. Em reunião do Conselho Geral, realizada em 11 de junho de 2010, foi realizada a votação da reclivagem dos grupos de trabalho da Compós. Diante do empate na votação dos grupos de trabalho que ficaram em 14º e 15º lugares, a diretoria propôs o acolhimento de 15 GTs no lugar dos 14 originalmente previstos, ampliando, assim, o espaço de reflexão e debate para a pesquisa científica realizada na área da Comunicação. A diretoria iniciou procedimentos para definição de critério de desempate, criando comissão para propor regulamentação, formada por Julio Pinto e José Luiz Braga.

4.3. Encontros Anuais da Compós.

Realização do XIX Encontro da Compós, na PUC Rio, de 8 a 11 de junho de 2010 e do XX Encontro Nacional da Compós - UFRGS, Porto Alegre, 14 a 17 de junho de 2011. Definição dos locais dos próximos encontros: Encontro Anual 2012 – PPG da UFJF; Encontro Anual 2013, PPG da UFBA; Encontro Anual 2014, PPGs das IES de Brasília.

4.4. Aperfeiçoamento do sistema de submissão de textos aos GTs e do pagamento de inscrições. Os textos passaram a ser submetidos online diretamente através do site da Compós, que centralizou a sua distribuição aos respectivos coordenadores. O processo possibilita, inclusive, a re-submissão de pequenas correções aos textos. Após a avaliação no interior dos GTs e a seleção dos trabalhos aprovados, estes são postados na biblioteca virtual da Compós, à disposição de todos os interessados. Dessa maneira, evita-se a circulação de disquetes e textos impressos, ao mesmo tempo em que democratiza o acesso à produção científica por parte de toda a comunidade de pesquisadores. Também o sistema de pagamento de inscrições foi informatizado, eliminando o trabalho de verificação, um a um, dos depósitos de taxa de inscrição feitos pelos participantes.

Dessa maneira, os boletos são emitidos diretamente no site e, ao serem pagos no banco, passam a integrar listagem gerada automaticamente, facilitando a identificação dos que efetuaram o pagamento e a confirmação da inscrição no Encontro Nacional. Está prevista, adicionalmente, a possibilidade de pagamento online das semestralidades por parte dos programas filiados, aumentando as opções para aqueles programas cuja estrutura permite o pagamento por boletos, sem prejuízo das instituições públicas, que têm mecanismos diferenciados para esse tipo de operação.

4.5. Criação do Prêmio Compós de Teses e Dissertações. A diretoria propôs a criação do Prêmio Compós de Teses e Dissertações, que visa incentivar a qualidade da produção científica no âmbito dos programas de pós-graduação em Comunicação e dar mais visibilidade a essa produção. A primeira edição do Prêmio, coordenada pelo vice-presidente da Compós, aconteceu no 20º Encontro Anual da Compós e premiou os trabalhos produzidos no ano de 2010. Os premiados foram:

Melhor Dissertação de Mestrado

Luiz Marcelo Robalinho Ferraz, orientadora Isaltina Gomes, UFPE. Título: *Epidemia e Memória - narrativas jornalísticas na construção discursiva sobre a dengue.*

Menção Honrosa: Lígia Azevedo Diogo, orientadora Paula Sibília, UFF. Título: *Vídeos de família: entre os baús do passado e as telas do presente.*

Melhor Tese de Doutorado

Bruno Roberto Campanella, orientador João Freire, UFRJ, título: *Perspectivas do cotidiano: um estudo sobre os fãs do programa Big Brother Brasil.*

Menções honrosas (empate técnico):

Letícia Cantarella Matheus, orientadora Marialva Barbosa, UFF, título: *Comunicação, tempo e história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos.*

Fernanda M. Silva, orientadora Itania Gomes, UFBA, título: *A conversação como estratégia de construção de programas jornalísticos televisivos.*

As comissões avaliadoras foram:

Dissertações - Iluska Coutinho (UFJF), Fátima Regis (UERJ), Graça Pinto Coelho (UFRJ), Márcio Simeone (UFMG), Rogério Ferraraz (UAM), Vander Casaqui (ESPM) e Eneus Trindade (USP).

Teses - Elizabeth Bastos Duarte (UFSM), Eduardo Morettin (USP Meios), Fernando Resende (UFF), Jeder Janotti Jr. (UFPE/UFAL), João Freire (UFRJ), Lucrécia D'Alessio Ferrara (PUC SP) e Sérgio Porto (UnB).

4.6. Elaboração de sistema eletrônico de submissão de teses e dissertações no site da Compós, com vistas ao Prêmio Compós de Teses e Dissertações. Fica disponível, a cada ano, um formulário online para a anexação dos trabalhos e suas respectivas atas, que são disponibilizadas para as comissões avaliadoras, facilitando a leitura e aumentando a rapidez do retorno das avaliações.

4.7. Realização do I Seminário Internacional, com Michael Schudson, professor da Universidade de Columbia/Nova Iorque. A realização deste tipo de atividade está integrada às políticas de consolidação da internacionalização da própria Compós, e realiza-se em sintonia com a dinâmica implementada na área. A atividade atraiu 250 participantes.

4.8. Digitalização e disponibilização, no site da Compós, no espaço Memória, de todas as atas do Conselho Geral da Compós, desde sua criação. Como um recurso para favorecer a memória da Associação e a transparência em suas decisões, a diretoria da Compós providenciou a digitalização de todas as atas do Conselho Geral e propôs ao Conselho que elas sejam disponibilizadas, em sistema de acesso aberto. A partir de agora, todas as atas do Conselho Geral serão disponibilizadas no site tão logo sejam homologadas.

5. Gestão Administrativa da Compós.

5.1. Contratação de secretária-executiva para atendimento de demandas administrativas e de organização rotineiras da Compós;

5.2. Mudança do sistema de cobrança das semestralidades: emissão de boletos bancários, que em breve estarão à disposição dos programas que desejarem pagar as semestralidades por essa via;

5.3. Por sugestão da diretoria da Compós, o Conselho Geral aprovou a **aplicação financeira** de montante do saldo bancário da Compós, o que vem sendo feito desde 31 de maio de 2010;

5.4. A diretoria atual recebeu a Compós com um saldo bancário de R\$ 88.361,16, em 30 de junho de 2009, e finaliza sua gestão com um **saldo bancário de R\$ 204.224,52**, até a data de 17 de junho de 2011.

5.5. Definição e reajuste dos valores de diárias para membros da diretoria quando em viagem a serviço da Associação. A Compós definiu praticar os valores de diárias nacionais e internacionais da tabela do CNPq, acompanhando, no futuro, os reajustes da agência.

5.6. Regularização da situação fiscal e estatutária da Compós. A Diretoria deu permanente atenção para o cumprimento das obrigações fiscais pertinentes ao caráter da entidade, bem como para a legalização das mudanças estatutárias que foram realizadas em sua gestão, tendo sido mantido como prestador desses serviços o escritório de contabilidade SORTTCON, sediado em Brasília.

5.7. Reedição do Livroto da Compós, com regras, normatização e regimentos atualizados. Para esta edição, atualizamos todos os GTs da Compós, desde o seu primeiro ano de funcionamento, com indicação de todos os coordenadores.

5.8. Manutenção da estratégia de prestação de contas em todas as reuniões do Conselho Geral, bem como apresentação da situação de pagamento e inadimplência dos PPGs filiados. **Encerramos a gestão sem programas inadimplentes em relação à semestralidade de 2010.2.**

5.9. Envio de toda a documentação do ano de 2010 para o escritório de contabilidade, para **realização de balanço financeiro e registro em cartório.**

A N E X O I

Salvador, 12 de maio de 2010

Prezado Francisco César de Sá Barreto
Presidente da Comissão do PNPG 2011-2020

Encaminhamos, em anexo, as sugestões e recomendações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS para o PNPG 2011/2020.

Nosso documento apresenta um breve diagnóstico da Sub-Área de Comunicação (Ciências Sociais Aplicadas), em especial no que se refere ao crescimento no número de cursos de pós-graduação existentes e à permanência dos nossos problemas relativos à internacionalização e às assimetrias. Na sequência, apresenta propostas relativas a cinco dos temas propostos na carta-convite que nos foi enviada.

Resumidamente, nossas propostas são:

- a) Em relação às **estratégias para enfrentamento das assimetrias regionais**, propomos, especificamente:
1. **Ampliação da oferta de bolsas de mestrado e doutorado, em especial para atender PPGs novos.** É necessária também **uma revisão da política de concessão de bolsas**, que majoritariamente privilegia as IES públicas, para atendimento também das instituições confessionais e privadas em sentido estrito;
 2. **Recuperação dos valores das bolsas de mestrado e doutorado, de estágio de doutorando, de pós-doutorado e de iniciação científica e maior articulação entre as agências federais de fomento e as fundações estaduais de apoio à pesquisa;**
 3. **Manutenção e ampliação dos mestrados e doutorados interinstitucionais, com medidas associadas de incentivo à participação dos docentes dos cursos de pós-graduação consolidados;**

4. **Criação de outras formas de estímulo à qualificação de docentes de IES de regiões onde persiste o desequilíbrio em relação à presença da pós-graduação**, como, por exemplo, a **criação de bolsas de estudo específicas para esses docentes**, quando aprovados em processos seletivos regulares;
5. **Manutenção e ampliação dos programas de fixação de doutores** nas regiões e estados que ainda não têm oferta regular e consistente de cursos de pós-graduação, nos dois níveis, Mestrado e Doutorado;
6. **Manutenção e ampliação dos programas de bolsas para estágio no Brasil**, além das já previstas em programas como PROCAD e PQI, de modo a promover a interação entre grupos de pesquisa, o compartilhamento da infra-estrutura e a mobilidade de pesquisadores;
7. **Ampliação dos programas de cooperação e de mobilidade acadêmicas**, de modo a promover a formação de recursos humanos de alto nível nas diversas regiões e favorecer uma maior integração entre pesquisadores e equipes acadêmicas no Brasil.
8. **Estimular a formação de parcerias e consórcios entre programas de regiões distintas**, de forma a promover a desconcentração do sistema nacional de pós-graduação e garantir um intercâmbio mais intenso entre os programas de pós-graduação do país.

b) Sobre **cooperação e inserção internacional**, propomos:

1. **Manutenção e ampliação dos programas bilaterais de cooperação** regulares que as agências de fomento já mantêm;
2. **Ampliação das parcerias universitárias binacionais**, de modo a favorecer o intercâmbio de docentes e discentes;
3. **Diversificação dos países com quem o Brasil desenvolve programas de cooperação**;
4. **Criação de redes de cooperação internacional**, através da criação de protocolos de cooperação entre Programas de Pós-Graduação brasileiros e universidades estrangeiras, em especial para efetivação de três redes de cooperação: a) **Rede de Cooperação entre Programas de Doutorado da América Latina**; b) **Rede de Cooperação com Programas da Comunidade Europeia, em especial com países da Península Ibérica**; c) **Rede de Cooperação com Programas da América do Norte**.
5. **Ampliação do apoio à realização de estágios de pós-doutoramento no exterior**.

c) Do ponto de vista dos **Modelos de Organização da Pós-Graduação** sugerimos **considerar os grupos de pesquisa como um espaço privilegiado para a formação de mestres e doutores, para a realização da pesquisa científica e tecnológica de excelência e para a inovação**. Os grupos de pesquisa, vinculados aos projetos de pesquisa docente, às linhas de pesquisa e áreas de concentração dos PPGs reúnem todos os docentes, doutorandos e mestrandos a eles vinculados, além de bolsistas de Iniciação Científica e alunos da graduação em realização de trabalho final de curso relacionado aos objetos de investigação dos grupos – um aspecto que favorece a formação para a pesquisa e a integração entre graduação e pós-graduação.

Ainda do ponto de vista dos modelos de organização, consideramos que a **Flexibilização, a Interdisciplinaridade e o elo com o Setor Produtivo** devem ser buscados, desde que fique garantido que os programas de formação para a docência, para a pesquisa e para a profissionalização (por exemplo, os mestrados profissionais) não se façam às margens dos programas de pós-graduação formalmente instituídos e entendam a necessidade de institucionalização e ampliação das atividades de pesquisa como elemento indissociável da pós-graduação e de sua integração ao sistema nacional de ciência e tecnologia.

Consideramos que a **organização da pós-graduação deve se dar a partir do princípio básico da integração entre pós-graduação e graduação**. Reforçamos o papel da iniciação científica e dos trabalhos de conclusão de curso na formação de pesquisador e recomendamos a atribuição de créditos às atividades que resultem em produção científica ou tecnológica e a manutenção da possibilidade de realização dos TCCs em modalidades de monografias e trabalhos laboratoriais de pesquisa vinculados à pesquisa científica e tecnológica e à inovação realizados no âmbito dos cursos de pós-graduação.

d) No que diz respeito ao **Processo de Avaliação e Acompanhamento do Sistema Nacional de Pós-Graduação**, a Comunicação participa e tem liderado os esforços da área de Ciências Sociais Aplicadas I na consolidação do sistema. A área tem considerável experiência na institucionalização dos critérios, parâmetros e princípios empregados pelas suas subcomissões na avaliação. Assim, espera-se que a avaliação regular e necessária das atividades de pós-graduação se faça com maior sensibilidade às especificidades de cada área, evitando-se excessiva dependência de mensurações quantitativas e o produtivismo dela decorrente, que constitui séria ameaça à qualidade da produção científica nacional. Nesse sentido, e de modo vinculado ao que propomos em relação aos Modelos de Organização da Pós-Graduação, recomendamos que a pós-

graduação seja avaliada pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem.

e) Por fim, sugerimos a **inclusão da sub-área da Comunicação como uma das Áreas Prioritárias do Sistema Nacional de Pós-Graduação**. Vivemos uma transição de uma sociedade urbana industrial para uma sociedade pós-industrial ou da informação, não mais assentada no trabalho material, mas no trabalho imaterial. Numa era globalizada que se denomina de Informação / Comunicação, uma área de conhecimento que se dedica aos fenômenos comunicacionais não pode deixar de ser estratégica para o desenvolvimento.

Cordialmente,

Itania Maria Mota Gomes
Presidente da COMPÓS

Sugestões e recomendações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS para o PNPG 2011/2020

A Sub-Área de Comunicação (Ciências Sociais Aplicadas) tem hoje 39 Mestrados e Doutorados, sendo 24 Mestrados e 15 Programas de Mestrado e Doutorado, como mostra a tabela abaixo.

IES	CURSO	INÍCIO MESTRAD O	INICIO DOUTOR ADO	CONCEI TO
PUC/SP	COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	1970	1978	4
UFRJ	COMUNICAÇÃO	1972	1983	5
USP	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	1972	1980	4
UNB	COMUNICAÇÃO	1974	2003	4
UMESP	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1978	1995	4
UNICAMP	MULTIMEIOS	1986	1998	4
UFBA	COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA	1990	1995	5
PUC/RS	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1994	1999	5
UNISINOS	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	1994	1999	5
UFMG	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1995	2004	5
UFRGS	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	1995	2000	4
UFF	COMUNICAÇÃO	1997	2002	5
UNIMAR	COMUNICAÇÃO	1997		3
UNIP	COMUNICAÇÃO	1997		3
UTP	COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS	1999		4
UFPE	COMUNICAÇÃO	2001	2009	4
UNESP/BA U	COMUNICAÇÃO	2001	2007	3
UERJ	COMUNICAÇÃO	2002		3
PUC-RIO	COMUNICAÇÃO	2003		4
FACASPE R	COMUNICAÇÃO	2006		3
UFSM	COMUNICAÇÃO	2006		3
ESPM	COMUNICAÇÃO E PRÁTICAS DE CONSUMO	2006		3
UNISO	COMUNICAÇÃO E CULTURA	2006		3
UAM	COMUNICAÇÃO	2006		3
PUC/MG	COMUNICAÇÃO SOCIAL	2007		3
UFJF	COMUNICAÇÃO	2007		3
UFG	COMUNICAÇÃO	2007		3

UFSC	JORNALISMO	2007	3
UEL	COMUNICAÇÃO	2008	3
UFSCAR	IMAGEM E SOM	2008	3
UCB	COMUNICAÇÃO	2008	3
UFPB	COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS	2008	3
UFC	COMUNICAÇÃO	2008	3
UFAM	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	2009	3
USCS	COMUNICAÇÃO	2009	3
UFRN	ESTUDOS DA MÍDIA	2009	3
USP	MEIOS E PROCESSOS AUDIOVISUAIS	2009 2009	4
UFPR	COMUNICAÇÃO	2009	3
UFPA	COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA	2010	3

No final do século XX, existiam 15 Mestrados e Doutorados, sendo 7 Mestrados e 8 Programas de Mestrado e Doutorado em Comunicação. Entre 2000 e 2010, 18 Mestrados e 6 Programas de Mestrado e Doutorado foram criados. Os dados mostram que, nesse período, a área cresceu 260 por cento.

Apesar do crescimento no número de cursos de pós-graduação existentes, permanecem nossos problemas relativos à internacionalização e às assimetrias.

Do ponto de vista das **assimetrias regionais**, verifica-se um “desequilíbrio dos programas por região do país. Com efeito, dos 39 Programas existentes atualmente no Campo da Comunicação, 21 estão localizados na região Sudeste (53,8%), sendo que, destes, 14 (35,8%) no Estado de São Paulo; 8 (20,5%), na região Sul; 5 (12,8%), na região Nordeste; 3 (7,6%), na região Centro-Oeste e 2 (5,12%), na região Norte”¹. Dos doutorados, apenas 2 estão no Nordeste. Não há doutorados na região Norte. Além dos desequilíbrios regionais, intra-regionais e entre estados, há ainda o desequilíbrio em relação à presença da pós-graduação nos municípios brasileiros: dos 39 Mestrados e Doutorados, 27, quase 70 por cento do total, estão nas capitais brasileiras. Apenas 4 cidades não-capitais possuem doutorados em Comunicação – São Bernardo do Campo e Campinas, no Estado de São Paulo, Niterói, no Rio de Janeiro, e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Assim, no caso da Comunicação, verifica-se a necessidade de permanência e ampliação das ações de incentivo à diminuição das assimetrias.

Propomos, especificamente:

- 1. Ampliação da oferta de bolsas de mestrado e doutorado, em especial para atender PPGs novos.** É necessária também uma revisão da política de concessão de bolsas, que majoritariamente privilegia as IES públicas, para atendimento também das instituições confessionais e privadas em sentido estrito. A COMPÓS está elaborando um diagnóstico das demandas da Comunicação quanto a novas bolsas de mestrado e doutorado a partir das informações dos programas e enviará um documento ao CNPq e à CAPES, ainda a tempo de oferecer subsídios para a elaboração do PNPG 2011/2020;
- 2. Recuperação dos valores das bolsas de mestrado e doutorado, de estágio de doutorando, de pós-doutorado e de iniciação científica e maior articulação entre as agências federais de fomento e as fundações estaduais de apoio à pesquisa;**
- 3. Manutenção e ampliação dos mestrados e doutorados interinstitucionais, com medidas associadas de incentivo à participação dos docentes dos cursos de pós-graduação consolidados** – um dos fatores que têm inibido a realização de Minters e Dinters na área tem sido a dificuldade de envolver os docentes nesses programas, que implicam carga horária de trabalho extra e deslocamentos do seu local de moradia, com pouco ou nenhum retorno financeiro;
- 4. Criação de outras formas de estímulo à qualificação de docentes de IES de regiões onde persiste o desequilíbrio em relação à presença da pós-graduação, como, por exemplo, a criação de bolsas de estudo específicas para esses docentes, quando aprovados em processos seletivos regulares;**

¹ CAPES, Documento de Área Ciências Sociais Aplicadas, 2009, pg. 2.

5. **Manutenção e ampliação dos programas de fixação de doutores** nas regiões e Estados que ainda não têm oferta regular e consistente de cursos de pós-graduação, nos dois níveis, Mestrado e Doutorado;
 6. **Manutenção e ampliação dos programas de bolsas para estágio no Brasil**, além das já previstas em programas como PROCAD e PQI, de modo a promover a interação entre grupos de pesquisa, o compartilhamento da infra-estrutura e a mobilidade de pesquisadores;
 7. **Ampliação dos programas de cooperação e de mobilidade acadêmicas**, de modo a promover a formação de recursos humanos de alto nível nas diversas regiões e favorecer uma maior integração entre pesquisadores e equipes acadêmicas no Brasil.
- Estimular a formação de parcerias e consórcios entre programas de regiões distintas**, de forma a promover a desconcentração do sistema nacional de pós-graduação e garantir um intercâmbio mais intenso entre os programas de pós-graduação do país.

Do ponto de vista da **inserção internacional**, é notável o fato de que, embora seus primeiros mestrados e doutorados datem da década de 70 do século passado, nenhum dos programas de pós-graduação em Comunicação conseguiu atingir as notas 6 e 7 no sistema de avaliação da pós-graduação. Nesse aspecto, a internacionalização está na agenda da maior parte dos cursos da área, tem mobilizado a comunidade acadêmica e vincula-se a seu esforço contínuo pela excelência na formação docente e na pesquisa científica e tecnológica e na inovação.

Os esforços de integração com a comunidade científica internacional são, entretanto, ainda incipientes e demandam políticas públicas de incentivo à realização de projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros, buscando a excelência da pós-graduação.

Propomos, especificamente:

1. **Manutenção e ampliação dos programas bilaterais de cooperação** regulares que as agências de fomento já mantêm;
2. **Ampliação das parcerias universitárias binacionais**, de modo a favorecer o intercâmbio de docentes e discentes.
3. **Diversificação dos países com quem o Brasil desenvolve programas de cooperação**, de modo a incluir no rol de programas de cooperação regulares países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, científicas e culturais, mas que ainda não são objeto de acordos bilaterais e multilaterais e não se traduzem em editais de cooperação.
4. **Criação de redes de cooperação internacional**, através da criação de protocolos de cooperação entre Programas de Pós-Graduação brasileiros e universidades estrangeiras, em especial para efetivação de três redes de cooperação: a) **Rede de Cooperação entre Programas de Doutorado da América Latina**; b) **Rede de Cooperação com Programas da Comunidade Europeia, em especial com países da Península Ibérica**; c) **Rede de Cooperação com Programas da América do Norte**.
5. **Ampliação do apoio à realização de estágios de pós-doutoramento no exterior**, tendo como premissas a interação e o relacionamento científico com centros de pesquisa no exterior para o desenvolvimento das atividades inerentes ao estágio, a qualidade do projeto a ser desenvolvido e sua vinculação com a linha de pesquisa em que atua o docente no curso de pós-graduação.

Do ponto de vista dos **Modelos de Organização da Pós-Graduação** sugerimos **considerar os grupos de pesquisa como um espaço privilegiado para a formação de mestres e doutores, para a realização da pesquisa científica e tecnológica de excelência e para a inovação**. Os grupos de pesquisa, vinculados aos projetos de pesquisa docente, às linhas de pesquisa e áreas de concentração dos PPGs reúnem todos os docentes, doutorandos e mestrados a eles vinculados, além de bolsistas de Iniciação Científica e alunos da graduação em realização de trabalho final de curso relacionado aos objetos de investigação dos grupos – um aspecto que favorece a formação para a pesquisa e a integração entre graduação e pós-graduação. Em torno dos grupos de pesquisa devem se articular as redes de intercâmbio com outras instituições de pesquisa nacionais e internacionais.

A cooperação deve prever um efetivo ambiente de interlocução entre os Grupos de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação, visando, inclusive, maior aproveitamento dos editais das agências (a exemplo do Procad e PQI). A cooperação também deve prever intercâmbio entre alunos e docentes dos vários programas. Ao aluno, deve ser possibilitada a oportunidade de desenvolver creditação, formação e estágio

em outros programas, de modo regular, tendo todos os seus direitos assegurados também na instituição de acolhimento. Aos docentes, deve ser facultada a possibilidade de intercâmbio em atividades de ensino e pesquisa.

A Flexibilização, a Interdisciplinaridade e o elo com o Setor Produtivo devem ser buscados, desde que fique garantido que os programas de formação para a docência, para a pesquisa e para a profissionalização (por exemplo, os mestrados profissionais) não se façam às margens dos programas de pós-graduação formalmente instituídos e entendam a necessidade de institucionalização e ampliação das atividades de pesquisa como elemento indissociável da pós-graduação e de sua integração ao sistema nacional de ciência e tecnologia.

Consideramos que a organização da pós-graduação deve se dar a partir do princípio básico da integração entre pós-graduação e graduação, o que será altamente benéfico para ambos os níveis. Reforçamos o papel da iniciação científica e dos trabalhos de conclusão de curso na formação de pesquisador e recomendamos a atribuição de créditos às atividades que resultem em produção científica ou tecnológica e a manutenção da possibilidade de realização dos TCCs em modalidades de monografias e trabalhos laboratoriais de pesquisa vinculados à pesquisa científica e tecnológica e à inovação realizados no âmbito dos cursos de pós-graduação.

A sub-área da Comunicação entende que é no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação que ocorre a atividade da pesquisa científica e tecnológica de excelência e a inovação e compactua os objetivos fundamentais de expansão do sistema de pós-graduação, da formação de recursos humanos de excelência para a qualificação do sistema de ensino superior do país, do sistema de ciência e tecnologia e do setor empresarial. Nesse sentido, e de modo vinculado ao que propomos em relação aos Modelos de Organização da Pós-Graduação, recomendamos que a pós-graduação seja avaliada pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem.

Nesse sentido, no que diz respeito ao **Processo de Avaliação e Acompanhamento do Sistema Nacional de Pós-Graduação**, a Comunicação participa e tem liderado os esforços da área de Ciências Sociais Aplicadas I na consolidação do sistema. A área “tem considerável experiência na institucionalização dos critérios, parâmetros e princípios empregados pelas suas subcomissões na avaliação. A partir de 1996 nossa área instituiu reuniões periódicas para constituição e revisão dos procedimentos empregados nas avaliações seguintes dos programas de pós-graduação das áreas de Comunicação e Ciência da Informação. Desde então os coordenadores de programas ou seus representantes reúnem-se semestralmente com o coordenador de Área com o objetivo de estabelecer os princípios que norteiam as políticas e critérios da avaliação da Área”². A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS mantém um diálogo permanente com a coordenação da Área e uma agenda permanente de acompanhamento e discussão. Nesse sentido, espera-se que a avaliação regular e necessária das atividades de pós-graduação se faça com maior sensibilidade às especificidades de cada área, evitando-se excessiva dependência de mensurações quantitativas e o produtivismo dela decorrente, que constitui séria ameaça à qualidade da produção científica nacional.

Por fim, sugerimos a **inclusão da sub-área da Comunicação como uma das Áreas Prioritárias do Sistema Nacional de Pós-Graduação**. Vivemos uma transição de uma sociedade urbana industrial para uma sociedade pós-industrial ou da informação, não mais assentada no trabalho material, mas no trabalho imaterial. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada,

Para cada R\$ 1 de riqueza gerada no mundo a partir do esforço físico do trabalho do homem em 2006, havia R\$ 9 de responsabilidade do trabalho de natureza imaterial. Isso é claro quando se considera a composição do PIB (Produto Interno Bruto) acrescido do conjunto de ativos financeiros em circulação no planeta, que permite associar o trabalho imaterial às atividades terciárias da estrutura de produção de riqueza. Em 1950, por exemplo, a cada R\$ 10 de riqueza gerada no mundo, somente R\$ 4 provinham do trabalho imaterial. Em menos de três décadas, a riqueza associada ao trabalho imaterial cresceu quase 10%, em média, ao ano, enquanto a do trabalho material aumentou a metade disso³.

O campo da Comunicação caracteriza-se, justamente, por ser um campo de produção em que esta separação entre produção material e produção imaterial não faz mais sentido. Numa sociedade globalizada, marcada pela forte presença das tecnologias da informação e da comunicação, a produção de sentido passa necessariamente pelos media. Falar em comunicação nesse panorama significa uma profunda compreensão

² CAPES, Documento de Área Ciências Sociais Aplicadas, 2009, pg. 2.

³ http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=4119 capturado em 10 de maio de 2010.

de que a comunicação e a cultura são sempre, portanto, produção material e produção simbólica, ao mesmo tempo. E os meios de comunicação aparecem como o lugar por excelência em que a produção é ao mesmo tempo material, produção de mercadoria, e produção simbólica, cultural. Numa era globalizada que se denomina de Informação / Comunicação, uma área de conhecimento que se dedica aos fenômenos comunicacionais não pode deixar de ser estratégica para o desenvolvimento.

Brasília, maio de 2010.

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

Itania Maria Mota Gomes – Presidente

Julio Pinto – Vice-Presidente

Ana Carolina Escosteguy –Secretária Geral

A N E X O II

**Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais – DEHS**

SEPN 509, Bloco "A", Ed. Nazir I, 4º andar
- Sala 402
CEP 70750-501 - Brasília/DF

Salvador, 22 de dezembro de 2010

Prezado Sr. Prof. Glaucius Oliva
DD. Diretor da DEHS

Encaminhamos a V. Sa. um diagnóstico de oferta e demanda de bolsas de mestrado e doutorado da Sub-Área da Comunicação.

Na reunião que realizamos, em 29 de abril deste ano, na sede do CNPq, entre o Conselho Geral da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS e a Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais – DEHS, a Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CGCHS, Maria Angela Cunico, a Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais – COCHS, Maria Aparecida Pereira da Silva e técnicos do CNPq, a Diretoria da COMPÓS se comprometeu a elaborar um diagnóstico sobre a situação atual de bolsas de mestrado e doutorado, a partir das informações fornecidas pelos 37 programas de pós-graduação em Comunicação, de modo a subsidiar a avaliação da alocação de bolsas para a Comunicação⁴ por parte do CNPq. Para o diagnóstico, consideramos os dados da Avaliação Trienal da Capes, 2010.

O diagnóstico apresenta um panorama geral da sub-área da Comunicação, com dados de todos os PPGs em Comunicação, por data de criação e conceito, e uma avaliação do quadro atual de docentes envolvidos e da capacidade de formação de mestres e doutores. Na segunda parte, apresentamos dados específicos de bolsas de mestrado e doutorado, considerando a distribuição por fonte de financiamento, por região geográfica do Brasil, por característica da instituição (IES públicas, confessionais e privadas) e por qualidade das bolsas (se integrais ou flexibilizadas).

O diagnóstico evidenciou uma demanda não atendida de **230 bolsas de mestrado e 113 bolsas de doutorado.**

Cordialmente,

Itania Maria Mota Gomes
Presidente da COMPÓS

⁴ Não foram considerados dados do Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal do Paraná, e do Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia, aprovados pela Capes em 2009 e 2010, respectivamente, mas que ainda não estão em funcionamento.

Diagnóstico de Bolsas de Mestrado e Doutorado em Comunicação

Os primeiros mestrados em Comunicação no Brasil entraram em funcionamento no início da década de 70 e os doutorados são da década de 80 do século XX. Os dados da Avaliação Trienal 2010/CAPES mostram que a Comunicação tem hoje 39 Mestrados e Doutorados, sendo 24 Mestrados e 15 Programas de Mestrado e Doutorado, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1. Mestrados e Doutorados em Comunicação, por ano de criação e conceito na Avaliação da Capes

IES	CURSO	INÍCIO MESTRADO	INÍCIO DOUTORADO	CONCEITO Trienal 2010
PUC/SP	COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	1970	1978	5
UFRJ	COMUNICAÇÃO	1972	1983	6
USP	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	1972	1980	5
UNB	COMUNICAÇÃO	1974	2003	4
UMESP	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1978	1995	4
UNICAMP	MULTIMEIOS	1986	1998	4
UFBA	COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA	1990	1995	5
PUC/RS	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1994	1999	5
UNISINOS	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	1994	1999	5
UFMG	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1995	2004	5
UFRGS	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	1995	2000	5
UFF	COMUNICAÇÃO	1997	2002	5
UNIMAR	COMUNICAÇÃO	1997		2
UNIP	COMUNICAÇÃO	1997		4
UTP	COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS	1999	2009	4
UFPE	COMUNICAÇÃO	2001	2007	4
UNESP/BAU	COMUNICAÇÃO	2001		4
UERJ	COMUNICAÇÃO	2002		4
PUC-RIO	COMUNICAÇÃO	2003		4
FACASPE R	COMUNICAÇÃO	2006		3
UFSM	COMUNICAÇÃO	2006		4
ESPM	COMUNICAÇÃO E PRÁTICAS DE CONSUMO	2006		4
UNISO	COMUNICAÇÃO E CULTURA	2006		3
UAM	COMUNICAÇÃO	2006		3
PUC/MG	COMUNICAÇÃO SOCIAL	2007		4
UFJF	COMUNICAÇÃO	2007		3
UFG	COMUNICAÇÃO	2007		3
UFSC	JORNALISMO	2007		4
UEL	COMUNICAÇÃO	2008		3
UFSCAR	IMAGEM E SOM	2008		3
UCB	COMUNICAÇÃO	2008		3
UFPB	COMUNICAÇÃO E CULTURAS MADIÁTICAS	2008		3
UFC	COMUNICAÇÃO	2008		3
UFAM	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	2009		3

USCS	COMUNICAÇÃO	2009		3
UFRN	ESTUDOS DA MÍDIA	2009		3
USP	MEIOS E PROCESSOS AUDIOVISUAIS	2009	2009	4
UFPR	COMUNICAÇÃO	2009		3
UFPA	COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA	2010		3

Fonte: Diretoria da Compós, a partir de dados da CAPES e da COMPÓS

No final do século XX, existiam 15 Mestrados e Doutorados, sendo 7 Mestrados e 8 Programas de Mestrado e Doutorado em Comunicação. Entre 2000 e 2010, 18 Mestrados e 6 Programas de Mestrado e Doutorado foram criados. Os dados mostram que, nesse período, a área cresceu 260 por cento em termos de oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A área da Comunicação formou 4.991 mestres e 1.719 doutores nos últimos 14 anos⁵, num total de 6.710 pesquisadores. Se considerarmos que, em 1996, os PPGs em Comunicação formaram 146 mestres e 54 doutores e que, em 2009, esses números foram de 506 mestres e 122 doutores, temos uma evolução de 346,7 por cento na capacidade de formação de mestres e de 225,9 por cento na capacidade de formação de doutores na área. Em média, hoje, 141 doutores e 439 mestres são formados por ano⁶.

Em relação ao corpo docente, em 2009, os PPGs em Comunicação envolviam 537 professores, sendo 429 professores permanentes e 108 colaboradores e visitantes. Na Avaliação Trienal 2007 (dados de 2004, 2005 e 2006), o número total de docentes era de 384 – 304 permanentes e 80 colaboradores e visitantes. Houve um crescimento de 39,8 por cento em relação ao total de docentes. Por categoria, a evolução foi de 70,8 para os permanentes e de 35 por cento em relação aos colaboradores e visitantes.

A proporção de número de titulados *versus* número de docentes, em termos globais⁷, em dados de 2009, é de 1,17 mestre ou doutor formado por professor.

Apesar do crescimento na oferta de cursos de pós-graduação, na quantidade de docentes envolvidos e na quantidade de mestres e doutores titulados, porém, permanecem nossos problemas relativos às assimetrias regionais. Verifica-se um “desequilíbrio dos programas por região do país. Com efeito, dos 39 Programas existentes atualmente no Campo da Comunicação, 21 estão localizados na região Sudeste (53,8%), sendo que, destes, 14 (35,8%) no Estado de São Paulo; 8 (20,5%), na região Sul; 5 (12, 8%), na região Nordeste; 3 (7,6%), na região Centro-Oeste e 2 (5, 12%), na região Norte”⁸. Dos doutorados, apenas 2 estão no Nordeste. Não há doutorados na região Norte. Além dos desequilíbrios regionais, intra-regionais e entre estados, há ainda o desequilíbrio em relação à presença da pós-graduação nos municípios brasileiros: dos 39 Mestrados e Doutorados, 27, quase 70 por cento do total, estão nas capitais brasileiras. Apenas 4 cidades não-capitais possuem doutorados em Comunicação – São Bernardo do Campo e Campinas, no Estado de São Paulo, Niterói, no Rio de Janeiro, e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

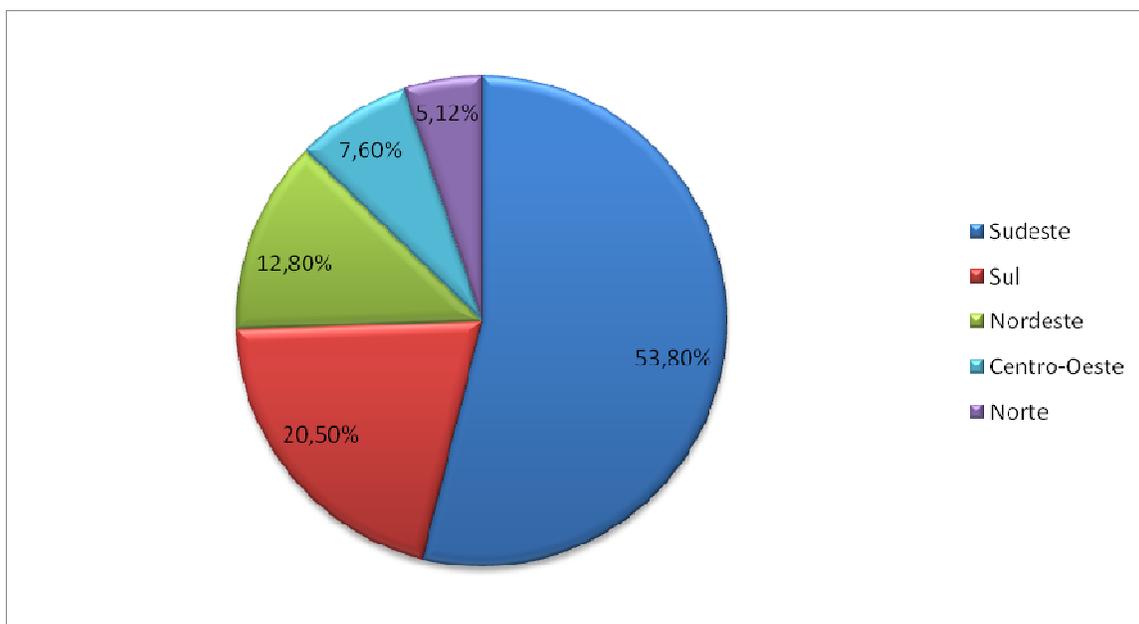
Gráfico 1: Distribuição de Mestrados e Doutorados em Comunicação, por Região geográfica

⁵ CAPES, **Relatório de Avaliação 2007/2009**, sub-área Ciências Sociais Aplicada I, p. 47. O documento considera dados a partir de 1996.

⁶ Consideramos a média de titulação dos anos de 2007 (389 mestres; 165 doutores), 2008 (422 mestres; 136 doutores) e 2009 (506 mestres; 122 doutores).

⁷ Para o cálculo, consideramos a totalidade de mestres e doutores titulados, 628, *versus* todos os 537 docentes, independentemente da categoria.

⁸ CAPES, **Documento de Área Ciências Sociais Aplicadas I**, 2009, p. 2.



Fonte: CAPES, Documento de Área Ciências Sociais Aplicadas I, 2009.

A Sub-Área da Comunicação possui 401 bolsas de mestrado e 197 bolsas de doutorado⁹, num universo de 1.453 mestrandos e 617 doutorandos.

Indicamos, abaixo, a distribuição por fonte de financiamento, por região geográfica do Brasil, por característica da instituição (IES públicas, confessionais e privadas) e por qualidade das bolsas (se integrais ou flexibilizadas).

Para o **Mestrado (total de 401 bolsas)**:

Bolsas Capes - 256;

Bolsas CNPq - 69;

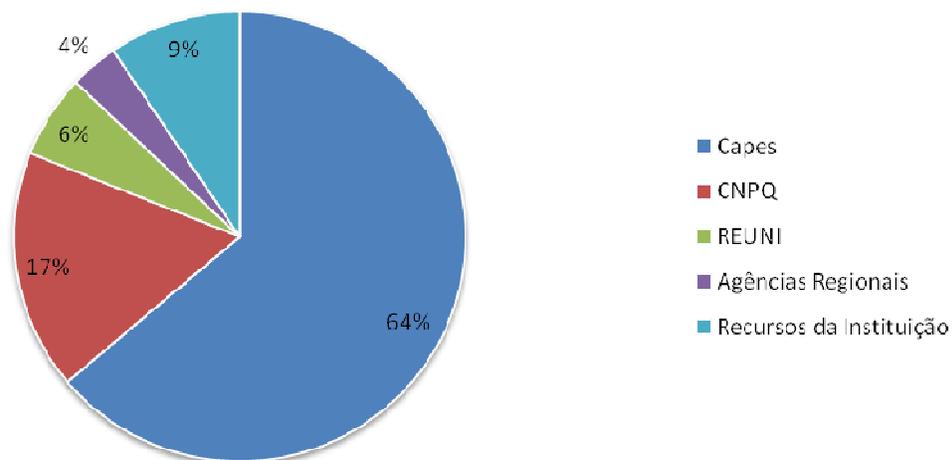
Bolsas de Agências regionais - 14;

Bolsas do Governo Federal, através do REUNI - 24

Bolsas custeadas com recursos da instituição - 38

⁹ Nesta conta, não consideramos três bolsas (duas de doutorado e uma de mestrado) oferecidas pelas instituições de origem dos estudantes, já que o único PPG em Comunicação que possui esta modalidade de bolsa é o de Comunicação e Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, portanto, esta modalidade não caracteriza as bolsas regulares de Comunicação. Como os dados são da Avaliação Trienal 2010, também não estão aqui consideradas as bolsas obtidas pelos PPGs através do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares/Cursos Novos, da CAPES, em edital do segundo semestre de 2010. Segundo os resultados divulgados pela CAPES em http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/ResultadoProsop_Edital059_2010.pdf, os programas de Comunicação que obtiveram bolsas foram: Escola Superior de Propaganda e Marketing, Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo, 4 bolsas de mestrado; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestrado em Comunicação Social, 4 bolsas de mestrado; Universidade de Sorocaba, Mestrado em Comunicação e Cultura, 1 bolsa de mestrado; Universidade Católica de Brasília, Mestrado em Comunicação, 3 bolsas de mestrado.

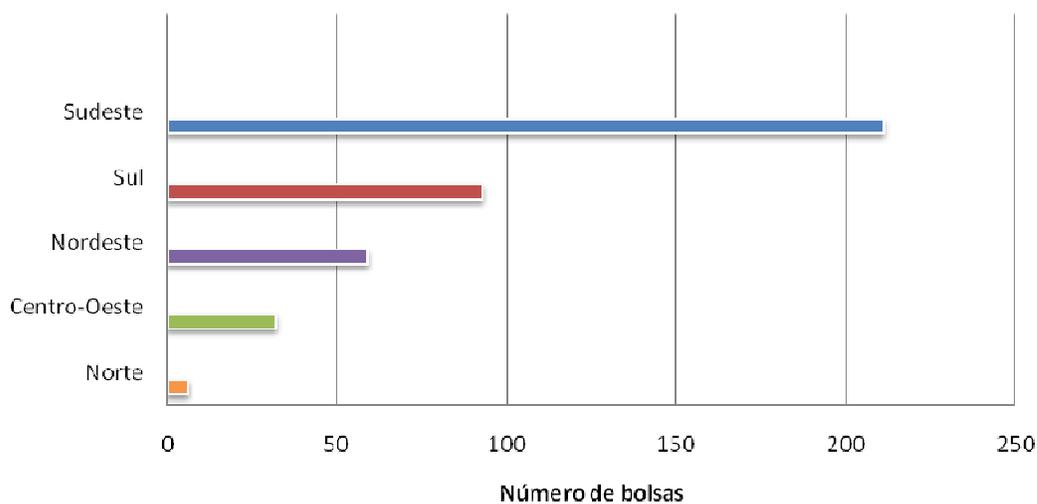
Bolsas de Mestrado, por fonte de financiamento



Bolsas de Mestrado, por região geográfica brasileira

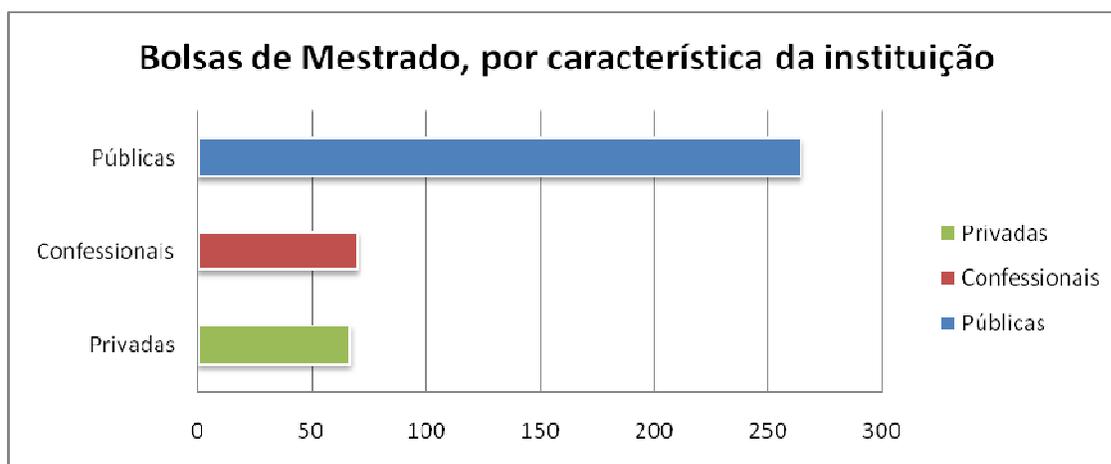
Região Sudeste - 211
Região Sul - 93
Região Nordeste - 59
Região Centro-Oeste - 32
Região Norte - 6

Bolsas de Mestrado, por região geográfica



Bolsas de Mestrado, por característica da instituição (IES públicas, confessionais e privadas).

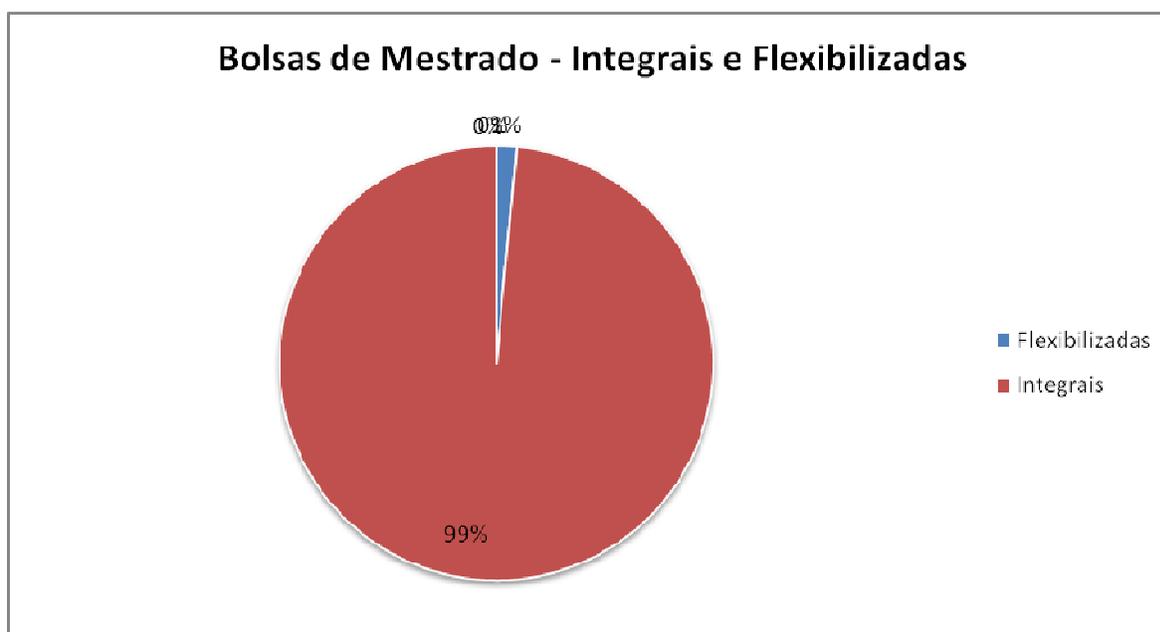
IES Públicas - 264
IES Confessionais - 70
IES Privadas - 67



Bolsas de Mestrado - Integrais/Flexibilizadas

Integrais - 395

Flexibilizadas – 6



Para o **Doutorado**, a distribuição por fonte de financiamento, por região geográfica do Brasil, por característica da instituição (IES públicas, confessionais e privadas) e por qualidade da bolsa (se integrais ou flexibilizadas) é a seguinte:

Doutorado (total de 197 bolsas):

Bolsas Capes - 114

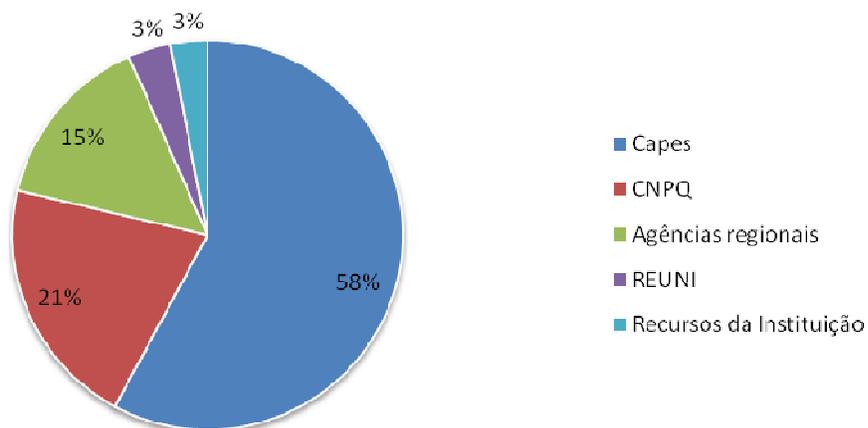
Bolsas CNPq - 41

Bolsas de Agencias regionais - 29

Bolsas do Governo Federal, através do REUNI - 07

Bolsas custeadas com recursos da instituição - 06

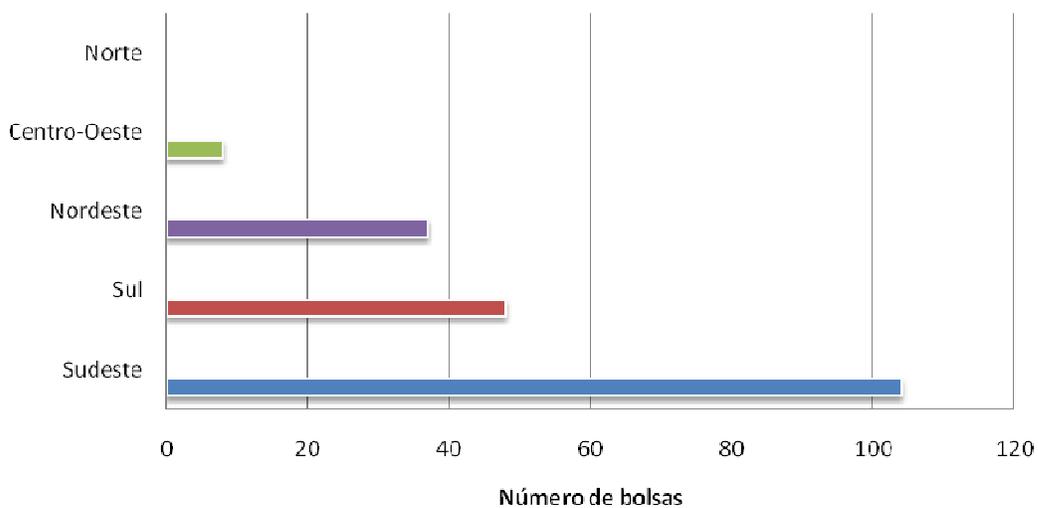
Bolsas de Doutorado, por fonte de financiamento



Bolsas de Doutorado por região geográfica brasileira

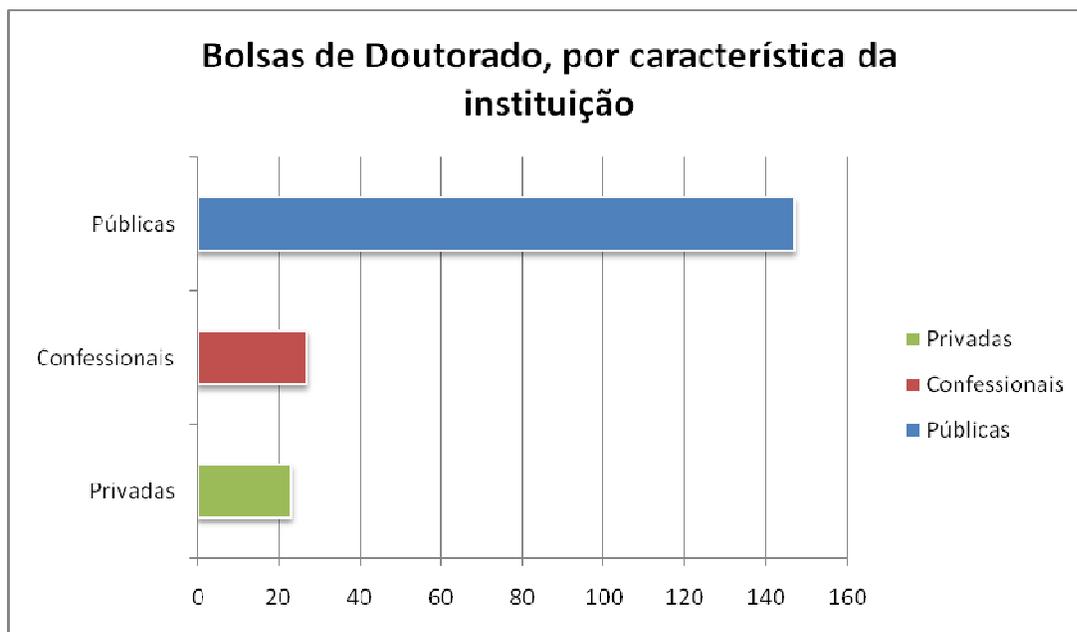
Região Sudeste - 104
 Região Sul - 48
 Região Nordeste - 37
 Região Centro-Oeste - 8
 Região Norte - 0

Bolsas de Doutorado, por região geográfica



Bolsas de Doutorado, por característica da instituição (IES públicas, confessionais e privadas).

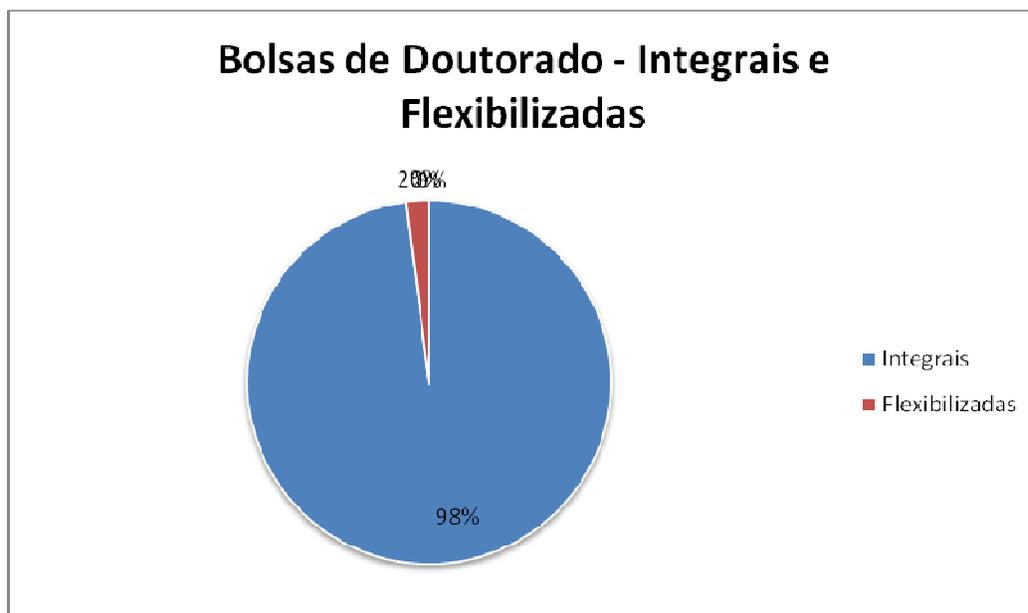
IES Públicas - 147
 IES Confessionais - 27
 IES Privadas - 23



Bolsas de Doutorado - Integrais/Flexibilizadas

Integrais - 193

Flexibilizadas - 4



O Diagnóstico de bolsas de Mestrado e Doutorado em Comunicação revelou que **07 cursos não têm bolsas CAPES**¹⁰;

Faculdade Casper Líbero, Mestrado em Comunicação;

Universidade de Marília, Mestrado em Comunicação¹¹;

¹⁰ Lembramos que os mestrados da ESPM, da PUC MG e da UCB obtiveram bolsas no último edital Prosup/Cursos novos, da CAPES.

¹¹ O Mestrado em Comunicação da Universidade de Marília obteve conceito 2 na Avaliação Trienal da Capes, sendo descredenciada. De todo modo, o mestrado da Unimar, quando da realização do levantamento de dados, possuía 33 alunos

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo;
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestrado em Comunicação Social;
Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Mestrado em Comunicação;
Universidade Tuiuti do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens;
Universidade Católica de Brasília, Mestrado em Comunicação.

E 22 cursos não têm bolsas do CNPq:

Faculdade Casper Líbero, Mestrado em Comunicação;
Universidade de Marília, Mestrado em Comunicação¹²;
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo;
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestrado em Comunicação Social;
Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Mestrado em Comunicação;
Universidade Tuiuti do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens;
Universidade Católica de Brasília, Mestrado em Comunicação;
Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Multimeios;
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestrado em Comunicação;
Universidade Paulista, Mestrado em Comunicação;
Universidade Estadual Paulista, Mestrado em Comunicação;
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestrado em Comunicação Social;
Universidade de Sorocaba, Mestrado em Comunicação e Cultura;
Universidade Anhembi Morumbi, Mestrado em Comunicação;
Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestrado em Comunicação e Sociedade;
Universidade Federal de São Carlos, Mestrado em Imagem e Som;
Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado em Comunicação;
Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado em Jornalismo;
Universidade Estadual de Londrina, Mestrado em Comunicação;
Universidade Federal de Goiás, Mestrado em Comunicação;
Universidade Federal da Paraíba, Mestrado em Comunicação.
Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Comunicação.

Quatro cursos de pós-graduação em Comunicação não têm bolsa de quaisquer tipos:

Faculdade Casper Líbero, Mestrado em Comunicação;
Universidade de Marília, Mestrado em Comunicação;
Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Mestrado em Comunicação;
Universidade Tuiuti do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens.

Dois (02) cursos só têm bolsa com financiamento das próprias instituições: Escola Superior de Propaganda e Marketing, Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo, e Universidade Católica de Brasília, Mestrado em Comunicação; e 01 curso só possui bolsas de agências regionais: caso do Mestrado em Comunicação Social da PUC-MG¹³.

Em um universo de 1.453 mestrados, 27, 6 por cento deles realizam sua pós-graduação com bolsa (401 bolsas). No caso dos doutorandos, eles totalizam 617 estudantes, 31,9 por cento deles com bolsas (197 bolsas).

A análise realizada pela COMPÓS, a partir das informações fornecidas pelos Cursos de Pós-Graduação em Comunicação a ela filiados – todos os 37 PPGs existentes e em pleno funcionamento no início

regularmente matriculados e nenhuma bolsa, de qualquer modalidade ou agência de financiamento; o curso não informou à Compós qualquer demanda não atendida. Seus dados, portanto, não tiveram incidência sobre o diagnóstico elaborado. No entanto, como o diagnóstico considera os dados fornecidos pelos cursos filiados à Compós para a Trienal 2010, a Unimar foi considerada para a elaboração deste documento.

¹² O Mestrado em Comunicação da Universidade de Marília obteve conceito 2 na Avaliação Trienal da Capes, sendo descredenciada. De todo modo, o mestrado da Unimar, quando da realização do levantamento de dados, possuía 33 alunos regularmente matriculados e nenhuma bolsa, de qualquer modalidade ou agência de financiamento; o curso não informou à Compós qualquer demanda não atendida. Seus dados, portanto, não tiveram incidência sobre o diagnóstico elaborado. No entanto, como o diagnóstico considera os dados fornecidos pelos cursos filiados à Compós para a Trienal 2010, a Unimar foi considerada para a elaboração deste documento.

¹³ O Mestrado em Comunicação Social da PUC MG foi contemplado com 4 bolsas no Edital Prosup/Cursos Novos, da CAPES.

do ano de 2010 - , evidenciou que **há uma demanda não atendida de 230 bolsas de mestrado e 113 bolsas de doutorado**, o que equivale **a uma demanda de bolsas de 15,8 por cento no universo de mestrandos regularmente matriculados e de 18,3 por cento no universo de doutorandos**. Esse cálculo levou em conta as demandas efetivamente verificadas pelos cursos, de solicitações de bolsas por parte dos alunos em condições reais e legais de obtenção de bolsas e sem condições de atendimento pelos cursos.

Itania Maria Mota Gomes
Julio Pinto
Ana Carolina Escosteguy
Diretoria da COMPÓS

A N E X O III

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais – DEHS

SEPN 509, Bloco "A", Ed. Nazir I, 4º andar, Sala 402
CEP 70750-501 - Brasília/DF

Salvador, 21 de dezembro de 2010

Prezado Prof. Glaucius Oliva
DD. Diretor da DEHS

Encaminhamos a V. Sa. **sugestões para alterações na Plataforma Lattes**.

Na reunião que realizamos, em 29 de abril deste ano, na sede do CNPq, entre o Conselho Geral da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS e a Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais – DEHS, a Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CGCHS, Maria Angela Cunico, a Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais – COCHS, Maria Aparecida Pereira da Silva e técnicos do CNPq, a Diretoria da COMPÓS se comprometeu a ouvir a área da Comunicação e elaborar um documento com sugestões de alterações na Plataforma Lattes. Os colegas Eduardo Morettin, da Universidade de São Paulo, e Rogério Ferraraz, da Universidade Anhembi-Morumbi, coordenaram os trabalhos, ouvindo sugestões dos docentes dos 37 programas de pós-graduação em Comunicação. Uma versão parcial do documento foi objeto de discussão na última reunião ordinária do Conselho Geral da Compós, realizada nos dias 4 e 5 de novembro, e o produto final segue para apreciação de V.Sa.

Ressaltamos que a inclusão de obra audiovisual no item ‘Produção Cultural’ é uma demanda antiga da Comunicação, e a inclusão deste item no Lattes ajudaria a dar maior visibilidade aos pesquisadores que produzem obras audiovisuais.

Cordialmente,
Itania Maria Mota Gomes
Presidente da COMPÓS

Sugestões para o item ‘produção cultural’ e demais questões do currículo Lattes

A. “PRODUÇÃO CULTURAL”

1. Mudança de título

Sugerimos que a denominação seja ‘Produção Cultural/Artística’ a fim de contemplar as diferentes manifestações dentro deste campo.

2. Inclusão de item “Obra audiovisual” dentro de ‘Produção Cultural’

Abrindo a árvore ‘Produção Cultural’, encontramos hoje: Apresentação de obra artística, Arranjo Musical, Composição Musical, Programa de Rádio ou TV, Obra de Artes Visuais, Sonoplastia, Outras produções culturais, Demais trabalhos.

Não há, portanto, possibilidade de cadastramento da produção audiovisual (filme, principalmente). Quem se envolve com a realização de um documentário, por exemplo, contabiliza sua produção em “Outras produções culturais” ou em “Demais trabalhos”, o que, evidentemente, não contribui para qualificar o item cadastrado.

3. Detalhamento do item ‘Obra audiovisual’

Como sabem, ao inserirmos uma produção cultural precisamos cadastrar, conforme os campos pré-estabelecidos, as informações a ela referentes.

Respeitando a estrutura já existente, propomos para o item ‘Obra audiovisual’ a seguinte ‘árvore’:

DADOS GERAIS

a) natureza; b) título; c) ano; d) país; e) idioma; f) meio de divulgação; g) *home page* do trabalho; h) é um dos 5 trabalhos mais relevantes de sua produção?

DETALHAMENTO

i) atividade dos autores; j) ineditismo da obra; k) premiação; l) duração; m) data de apresentação

AUTORES

PALAVRAS-CHAVE

ÁREAS

SETORES

OUTRAS INFORMAÇÕES

TRADUÇÕES PARA O INGLÊS

Propomos o seguinte detalhamento para ‘Natureza’ e ‘Atividade dos autores’:

Natureza:

- () filme
- () vídeo
- () programa de TV
- () programa de rádio
- () programa destinado a web/meio digital
- () outros

Atividade do autor:

- roteiro
- direção
- produção
- fotografia
- som
- animação
- direção de arte
- cenografia
- vinhetas e efeitos especiais
- edição/montagem
- finalização
- outros

4. Exclusão do item ‘Demais Trabalhos’

Com a configuração acima proposta, o item ‘Demais trabalhos’ poderia ser excluído, pois é redundante e se sobrepõe a ‘Outra produção artística/cultural’.

B. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

- Sugerimos que o site em inglês que explica o termo DOI seja traduzido para o português.
- Incluir um item ‘Verbetes’
- Incluir em Produção Bibliográfica – Livro: Orelha e Contracapa;

C. PRODUÇÃO TÉCNICA

- Criar um item específico chamado ‘entrevista’. Esta não deve se restringir a programas de Rádio e TV: deve incluir jornal impresso, revista, revista eletrônica, site, blog etc.
- Incluir item Mostras.
- Em ‘Eventos’, há itens que podem ser deslocados para Produção Técnica, tais como: Curadoria, Museologia etc.

D. QUESTÕES GERAIS

- É necessário que o currículo visualizado recupere todos os dados do Lattes preenchido. Atualmente, o currículo, quando visualizado, aparece com os dados muito resumidos, incompletos;
- E não se restringir a Entrevista, mas incluir também Mesa Redonda;
- Incluir Participação em Banca de Exame de Qualificação de Mestrado;
- O CNPq poderia disponibilizar uma espécie de Manual de Preenchimento do Currículo Lattes, em que explicaria exatamente o que deve ser incluído em cada item. Por exemplo: especificar melhor para que serve o item ‘Outras Informações’ e se é recomendável ou não evitar a repetição do que se insere nesse item com o que se coloca no texto de Apresentação.

**Itania Maria Mota Gomes
Julio Pinto
Ana Carolina Escosteguy
Diretoria da COMPÓS**

A N E X O IV

Posição da COMPÓS sobre as Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo

A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS vem a público manifestar sua preocupação quanto ao teor e às consequências da proposta de Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo formulada pela comissão de especialistas indicada pelo Ministério da Educação. Preocupa-nos a atomização do campo comunicacional que a adoção das diretrizes propostas poderia vir a causar numa área que vem tentando se construir do ponto de vista acadêmico-científico e suas consequências para a formação do aluno de Comunicação e para o Jornalista, para a formação para a docência e para a pesquisa.

Em sua reunião ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2009, em São Paulo, o Conselho Geral da Compós fez uma primeira discussão sobre o tema e deliberou por tornar públicas suas ressalvas à proposta.

Para que realizássemos a discussão mais amplamente, cada um dos programas de pós-graduação deveria discutir internamente a proposta encaminhada ao MEC e os destaques que foram apresentados na reunião do Conselho pela diretoria da Compós, e encaminhar sua posição através da lista de discussão do Conselho da Compós.

A posição da Compós organiza-se, portanto, nos cinco itens a seguir:

1. A relação do Jornalismo e, de modo geral, do que hoje são as habilitações, com a área da Comunicação.

Em primeiro lugar, parece-nos que está claro na Proposta de Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo, na pg. 4, “que a autonomia curricular constitui um imperativo que restaura a identidade do jornalismo sem abdicar de sua inserção histórica na área da Comunicação e da sua natureza acadêmica como ciência social aplicada”. Entretanto, receamos que a argumentação que constrói toda a fundamentação e a justificativa do documento contrapõe o Jornalismo e a Comunicação. A argumentação do texto deixa entrever uma perspectiva “separatista” que em nenhum sentido contribui com a formação do jornalista ou com a consolidação da área no Brasil.

Parece-nos que a relação entre Jornalismo, Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas e o contexto contemporâneo prevê ou favorece o comunicador polivalente: tecnologias, ampliação dos mercados, relação entre desigualdade social e diversidade cultural, o que demandaria um jornalista com capacidade de olhar mais amplamente a sociedade. A diversidade de concepções e a abertura que a Comunicação oferece nos parecem relevantes e adequados tanto à ideia de universidade, que é um lugar de produção de conhecimento, o que pressupõe dinamismo e diversidade, quanto do ponto de vista da atuação do jornalista num contexto de globalização e de grandes transformações tecnológicas.

Num contexto de profundas mudanças, em especial em áreas que experimentam transformações em suas práticas e em suas identidades, como nos parece ser o caso da comunicação em sentido amplo e do jornalismo que está em discussão aqui, a concepção que parece surgir da proposta de novas diretrizes tenderia a congelar o ensino e a pesquisa na realidade do século passado e inviabilizar toda e qualquer tentativa de preparar o aluno para o mundo contemporâneo, que exige cada vez mais profissionais versáteis e criativos.

2. A concepção de comunicação, de produção do conhecimento e de formação universitária que estrutura a proposta das novas diretrizes.

A proposta de Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo essencializa realidades histórica e culturalmente determinadas, como o jornalismo. Parece-nos que, para garantir sua subsistência nas feições que adquiriram historicamente no mundo moderno, mesmo face às violentas transformações tecnológicas, sociais, econômicas e culturais dos últimos anos, é preciso que as concepções sobre a profissão e a identidade dos jornalistas se imobilizem. Assim, parece que os campos sociais, as práticas e as teorias são completamente incapazes de se comunicar, numa retomada preocupante da cisão entre teoria e prática que caracterizou o debate em Comunicação nos anos 70. **A concepção de comunicação, da produção de conhecimento e da formação universitária que estrutura a proposta das novas diretrizes** é uma declaração da importância da rigidez do ponto de partida do documento.

Assim, a proposta de novas diretrizes e, de resto, a reforma que o MEC parece engendrar na redefinição das tabelas de cursos, parecem conformar-se a uma certa tendência de pensamento tecnicista e disciplinar, enquanto no resto do mundo, centros de pesquisa e pesquisadores tornam-se cada vez menos apegados a rótulos disciplinares e a objetos nitidamente recortados, num movimento na contramão do que se observa nas demais áreas do conhecimento, em que se verifica a tendência ao diálogo transdisciplinar, que é o que vem sendo registrado no desenvolvimento da pesquisa e da produção de conhecimento em Comunicação que a Compós tem aglutinado e representado até o momento no país.

3. A concepção de Jornalismo que sustenta a proposta.

A proposta de Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo assume uma perspectiva específica sobre o jornalismo (jornalismo como mediação entre a realidade e a sociedade) e se constrói retoricamente desconhecendo que isso é uma disputa dentro do próprio campo jornalístico. E, como documento que pretende estabelecer as diretrizes de ensino, assume uma perspectiva que, ao invés de acolher a diversidade de olhares e de perspectivas conceituais sobre a atividade, a profissão e a ideologia do jornalismo, fecha-se em uma visão singularizante sobre isso.

Assim, limita a possibilidade de formação do aluno e desconhece a diversidade de concepções sobre o jornalismo. Parece-nos, portanto, que a proposta de novas diretrizes milita em prol de uma visão específica

de jornalismo.

Nesse sentido, parece-nos que há um excessivo fechamento da proposta em torno de uma única opção do que é jornalismo e uma concepção que nos parece limitada do que é o profissional de Jornalismo hoje - e do que pode fazer um jornalista, em que campos pode atuar e que competências e habilidades deve ter - com consequências, claro, sobre que competências e habilidades devem ser objeto de formulação das diretrizes.

A proposta curricular (pg. 15ss), nesse sentido, é conservadora e, se implementada, pode provocar justamente o contrário do que diz pretender. Pg. 16: "ampliar a atuação profissional a novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente".

Pois não é possível, evidentemente, dizer que ninguém trabalha com "comunicação", mas com "jornalismo", ou "publicidade" ou cinema ou... Parece-nos que ocorre justamente o contrário: trabalhamos hoje com comunicação em um sentido integrado, muito mais do que dentro de fronteiras habilitacionais específicas. A proposta de novas diretrizes defende o "domínio cognitivo da sua especificidade" precisamente num cenário em que os impactos tecnológicos das novas mídias põem em cheque uma vasta série de hábitos cognitivos e formas tradicionais de produzir e consumir informação.

Além disso, o texto limita a concepção de jornalismo à concepção de mercado num sentido estrito e, por isso posiciona-se muito claramente em favor das organizações jornalísticas.

4. O modo como o Trabalho de Conclusão de Curso está definido.

Na proposta de novas diretrizes (pg. 22), o Trabalho de Conclusão de Curso envolve "a concepção, o planejamento e a execução de um Projeto Experimental constituído por um trabalho prático de cunho jornalístico, acompanhado necessariamente por relatório, memorial ou monografia que realize uma reflexão crítica sobre sua execução...". Com essa formulação, as monografias, tais como desenvolvemos hoje, desaparecem. Um TCC não poderá ser constituído, seja por um trabalho científico sobre o jornalismo, seja por um trabalho de crítica jornalística. Ele tem que ser necessariamente um trabalho prático - se tomarmos em consideração a concepção "profissional" do documento, os TCCs se restringiriam ao trabalho de reportagem, edição e, claro, assessoria de imprensa. Como a crítica cultural, a docência e a pesquisa estão fora da concepção profissional de jornalismo que guia o documento, os TCCs já não poderão ser um espaço de iniciação científica que abre o caminho às gerações futuras de docentes e pesquisadores em jornalismo.

Acreditamos que, ao priorizar o exercício do jornalismo nas organizações noticiosas, a proposta de novas diretrizes ignora que a docência e a pesquisa são campos de atuação possíveis ao jornalista. E, nesse sentido, também constituem o "mercado" para o exercício profissional do jornalista, demandando formação pós-graduada acadêmica de suficiente generalidade.

5. As consequências sobre a pós-graduação

De modo específico, tememos as consequências sobre a pós-graduação, pois, se aprovada, a proposta de novas diretrizes tenderia a impor também à pós-graduação um olhar fragmentado, limitado. Cremos que isso se torna evidente no primeiro parágrafo das Recomendações finais, pg. 25:

"Com a finalidade de tornar compatíveis o requisito da titulação do corpo docente e a necessidade de aderência às disciplinas ministradas, a Comissão de Especialistas recomenda a criação de um Programa Nacional de Aperfeiçoamento Docente destinado às novas gerações de professores de Jornalismo. **Muitos foram titulados pelos cursos de pós-graduação da área teórica de Comunicação ou de disciplinas conexas, sem ter exercido plenamente a profissão e não raro sem o domínio cognitivo da sua especificidade.** Concomitantemente, deve ser fomentada, nas Escolas de Comunicação, a abertura de cursos de mestrado e doutorado com áreas de concentração em Jornalismo, para atender à demanda crescente de novos professores para os cursos de graduação e de projetos de pesquisa científica na área".

Preocupa-nos que o documento coloque o mestrado profissional como alternativa aos mestrados acadêmicos (pg. 3).

Do ponto de vista da Compós, achamos extremamente preocupante a recomendação de um programa nacional de aperfeiçoamento docente (pg. 25) que se faça às margens dos programas de pós-graduação em Comunicação ou, talvez até mais gravemente, em contraposição a eles. Além de limitador para a formação do jornalista, isso pode se traduzir em concorrência com os PPGs e excessivo privilégio para os mestrados profissionais pagos pelas empresas de comunicação. Parece-nos que isso fica evidente com a ênfase que todo o documento dá aos mestrados profissionais.

Além do fato, grave, de uma tentativa de normatização da pós-graduação, fica evidente uma atitude preconceituosa em relação à formação teórica em Comunicação, oferecida, segundo a proposta, pelos programas de pós-graduação em Comunicação. Consideramos que a comissão responsável pela elaboração da proposta de novas diretrizes extrapola amplamente o âmbito de sua competência.

A proposta de novas diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo ultrapassa seus objetivos ao tecer proposições para a pós-graduação; reduz a amplitude da formação na graduação em Jornalismo, desconsiderando as possibilidades de articulação dos diversos conteúdos e práticas da Comunicação; e, conseqüentemente, contribui para um indesejável distanciamento entre a formação em graduação e a pesquisa e a pós-graduação em Comunicação, num movimento contrário aos esforços realizados na maioria dos Mestrados, Doutorados e Cursos de Comunicação no país.

Salvador, 18 de dezembro de 2009.
Diretoria da Compós
Itania Maria Mota Gomes (UFBA)- Presidente
Julio Pinto (PUC Minas) – Vice-Presidente
Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS) – Secretária Geral

A N E X O V

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação **Carta Aberta sobre Projeto de Lei Nº 29**

1. Tramita há cerca de três anos na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Nº 29 (PL-29) que dispõe sobre o serviço de televisão por assinatura ou, como definido no projeto, “Serviço de Acesso Condicionado”. O PL unifica as regras para a televisão via cabo e via satélite, pois, até agora, somente a primeira é regulada por lei, operando a segunda à margem de qualquer legislação. O PL, no bojo dessa regulamentação, estabelece mecanismos de fomento à produção e veiculação audiovisual brasileira nos canais por assinatura, inclusive estrangeiros.
2. Pelo PL-29, cerca de 3:30 horas semanais, no mínimo, de um total de 49 horas definidas como horário nobre, deverão ser destinadas à veiculação de filmes, animações, documentários, séries ou novelas, outras produções que não sejam jornalísticas, esportivas, ao vivo, religiosas e similares, nos canais nos quais predomina a veiculação de filmes, animações etc., tempo de veiculação este definido como “espaço qualificado” de programação. Metade dessas 3:30 horas semanais será destinada a produção independente. Além disso, um terço do total de canais nos quais predomina o “espaço qualificado” em qualquer “pacote” de assinatura deverá ser ocupado por canais programados e mantidos por empresas brasileiras. Para assegurar a ocupação desses tempos por produtos audiovisuais brasileiros, o PL-29 cria financiamentos e incentivos que poderão representar R\$ 400 milhões, por ano.
3. O PL transitou, foi discutido, emendado e aprovado em três diferentes comissões da Câmara. Durante o processo, foram amplamente ouvidos formal ou informalmente, representantes dos diversos segmentos empresariais, produtores nacionais e estrangeiros, programadores nacionais e estrangeiros, operadores de rede, inclusive suas associações como a ABERT, ABTA, Telebrasil, ABPI-TV etc. Conforme o regimento, o PL teria votação terminativa na Comissão de Ciência e Tecnologia, de lá sendo enviado para a Comissão de Constituição e Justiça, para ajustes formais, de onde deveria seguir para a apreciação do Senado.
4. Há algumas semanas, um grupo de deputados requereu, nos termos regimentais, o envio do PL para votação em Plenário. Seja pelas características do processo parlamentar, seja pela especificidade do ano eleitoral, essa manobra pode resultar na não aprovação do PL este ano, quiçá não mais tão cedo, beneficiando operadoras de TV por assinatura, cujas atividades no país se sustentam numa mera portaria do Ministério das Comunicações e se beneficiam, até por isso, da não sujeição às exigências que a Lei 8.977/95 impõe apenas às operadoras de TV por assinatura a cabo.
5. O Brasil necessita de uma legislação normativa para o conjunto dos serviços de acesso condicionado,

legislação esta que considere as novas realidades econômicas e políticas da convergência tecnológica e estabeleça novas e adequadas ferramentas de proteção e fomento à cultura nacional e regional mediatizada por esses meios que se expandem, e devem mesmo se expandir, aceleradamente no espaço territorial da nossa sociedade. Não há motivos para atrasar o envio do PL-29 ao Senado, onde poderá ser rediscutido, eventualmente corrigido em eventuais falhas, ainda mais uma vez negociado conforme diversos interesses, mas sobretudo os do País.

6. Além do mais, a regulamentação de qualquer atividade relacionada ao campo da Comunicação, sobretudo em se tratando de televisão e outros meios de produção e veiculação de bens culturais, interessa diretamente aos professores e pesquisadores desse campo. Nós formamos os profissionais que irão trabalhar na televisão, aberta ou paga, que irão produzir seus programas jornalísticos, seus filmes publicitários, seus filmes ou séries de ficção, seus documentários, seus mais diversos e distintos conteúdos, em suma. Ao mesmo tempo, nós pesquisamos e refletimos sobre essas práticas, suas relações com a cultura brasileira, suas influências nos rumos e mudanças da sociedade. Para quem forma profissionais para o mercado brasileiro e estuda a produção cultural mediatizada feita no Brasil é absolutamente essencial que a televisão, não importa se aberta ou fechada, continue a ser um espaço quantitativa e qualitativamente muito importante de produção e veiculação de bens simbólicos nacionais, aqui considerados, sobretudo, em sua rica diversidade regional e local.

7. O Conselho Geral da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação manifesta publicamente seu apoio ao espírito a esta altura já consagrado do PL-29 e solicita a deputados e senadores que não procrastinem ainda mais as decisões necessárias, sem prejuízo de debates realmente relevantes. A Câmara e o Senado não podem se sujeitar a manobras protelatórias no interesse de organizações midiáticas transnacionais. O PL-29, conforme aprovado nas comissões competentes, deve ser diretamente enviado ao Senado o mais rapidamente possível, para que nesta segunda Casa se promova o debate revisor, necessário à sua definitiva aprovação.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2010.

Itania Maria Mota Gomes (Presidente)
Julio Pinto (Vice-Presidente)
Ana Carolina Escosteguy (Secretária)

A N E X O VI

***e-compós*: Relatório de gestão (julho de 2009 a maio de 2011)**

No início da gestão da Diretoria da Compós, a editoria da revista estava sob a responsabilidade de Ana Gruszynski (UFRGS) e Rose Melo Rocha (ESPM-SP). A professora Ana Gruszynski já havia solicitado à antiga diretoria o seu afastamento da Comissão Editorial, o que se concretizou em agosto de 2009, quando foi substituída por Felipe Trotta (UFPE). Em Julho de 2010, Adriana Braga (PUC-Rio) foi incorporada à Comissão Editorial. Em Dezembro do mesmo ano, Rose Melo Rocha deixou o conselho, encaminhando um processo de transição na Comissão.

Desde 2009, a Diretoria da Compós e a Comissão Editorial da *e-compós* desenharam as principais metas para o biênio: manutenção da regularidade e pontualidade da revista, ampliação da indexação em bases de dados internacionais; início do processo de internacionalização, sistematização dos procedimentos editoriais e revisão do Conselho Editorial.

A principal medida adotada foi a inclusão da publicação da revista traduzida para o inglês, aprovada pelo Conselho da Compós ainda em 2009 e efetivamente implementada na edição 2010.2, que contou com 8 artigos em Português e Inglês. Neste período, foram também incluídos vários pesquisadores estrangeiros de renome (Jay Bolter, Guillermo Orozco-Gómez, Robert K. Logan, entre outros) em nosso Conselho Editorial, ampliando e qualificando a divulgação de nosso periódico em francês, inglês e espanhol. Na edição seguinte (2010.3), publicamos 5 textos de pesquisadores/as do Brasil e de Portugal, disponibilizando a produção para

toda a comunidade internacional. Esta edição, publicada em março de 2011, teve, em três meses, uma média de 140 acessos por artigo em português e 30 acessos por artigo em inglês, o que nos entusiasma a intensificar a divulgação do bilinguismo de nossa publicação. É importante ressaltar que o processo de tradução introduziu uma etapa a mais na edição, tornando-a bem mais demorada e diversas vezes mais onerosa. Por decisão do Conselho da Compós, tal investimento deverá ser mantido como forma de ampliar a circulação de nossa produção para além dos limites um tanto estreitos do nosso idioma nativo. Estamos buscando rever os prazos de chamadas de trabalhos e de emissão de pareceres para percorrer as etapas do processo com maior tranquilidade. Entre outras medidas, reestruturamos nosso Conselho Editorial, estipulando mandato para permanência de conselheiros/as, estabelecendo limite de inatividade, com previsão de desligamento, como ocorre em várias revistas internacionais. Igualmente, promovemos a diversidade teórica e temática na composição do conselho, mantendo a representatividade dos PPGs participantes da Compós. A revista passou a ter seções fixas de entrevista e resenha, buscando garantir divulgação à vasta produção da área e oferecer espaço de debate político e acadêmico sobre questões relativas ao campo da Comunicação.

Paralelamente, iniciamos a revisão do Conselho Editorial da revista como forma de identificar os/as pesquisadores/as que ainda mantêm interesse em avaliar as submissões. Infelizmente, temos experimentado com frequência maior do que a desejável enormes atrasos na emissão dos pareceres, o que tem sido parcialmente responsável pela dificuldade na manutenção da agenda de publicações durante o ano. Apesar disso, conseguimos garantir o cumprimento das exigências de regularidade da CAPES com a publicação das três edições anuais até março do ano seguinte. A revisão do Conselho Editorial está recolhendo novamente indicações dos Programas, pois da primeira vez em que foram solicitadas nem todos/as coordenadores/as responderam com precisão à Comissão Editorial. Calculamos que até final de julho o novo Conselho da *e-compós* já deverá estar ativo no site e nas solicitações de avaliações das submissões.

Finalmente, com relação às indexações, elegemos como prioridades o cadastramento da *e-compós* no Scielo e no Portal de Periódicos da CAPES, o que ampliará ainda mais a visibilidade da publicação. As exigências para isso não estão muito distantes de nossa realidade, restando basicamente um cumprimento mais preciso dos prazos das publicações, o que muitas vezes foge de nosso controle. Esperamos poder enviar a documentação para o Scielo até final de setembro, quando as duas primeiras edições de 2011 deverão já estar publicadas.

O processo editorial de qualquer revista apresenta uma dimensão cotidiana e uma dimensão estratégica. A primeira está relacionada à administração das submissões, pareceres, editores de texto e layout e lançamento de chamadas. A segunda diz respeito às ações de projeção da publicação, circulação, divulgação e indexação. Assim, o desafio que tínhamos ao assumirmos a Comissão Editorial era atuar em ambos os segmentos, impulsionando a revista para uma melhor qualificação e reconhecimento não somente em âmbito nacional, mas sobretudo em esferas globais. Não é demérito constatar que avançamos em ambas as direções, mas que estamos ainda distantes do ponto ideal que gostaríamos de ter alcançado.

O tamanho do desafio e os diversos obstáculos enfrentados nos fizeram enxergar que tal projeção não é um ato de ágil implementação sendo, antes, um processo que envolve avanços pontuais que nem sempre se coadunam com os anseios de presteza que a comunidade científica da área demanda. A submissão de 74 artigos para a primeira edição de 2011 – recorde histórico de nosso periódico – é um termômetro da importância reconhecida da *e-compós* no cenário atual de divulgação de pesquisas na área.

Gostaríamos de registrar nesse relatório que a decisão da Diretoria da Compós de contratar uma secretaria profissional para auxiliar nas tarefas cotidianas da revista será um passo substantivo nessa caminhada, credenciando-nos para atingir a excelência absoluta entre as revistas da área de Comunicação no Brasil e além dele.

Atenciosamente,

Adriana Braga e Felipe Trotta
Comissão Editorial

PROGRAMA	NOME DO REPRESENTANTE	ASSINATURA
01) PUC-SP		
02) UFBA		
03) ECO/UFRJ		
04) UMESP		
05) UNB		
06) UNICAMP		
07) ECA/USP		
08) PUC-RS		
09) UNISINOS		
10) UFMG		
11) UFRGS		
12) UFF		
13) UTP		
14) CÁSPER		
15) UFPE		
16) UERJ		
17) UNIP		
18) UNESP		
19) PUC-RJ		
20) UNIMAR		
21) ESPM-SP		
22) UFSM		
23) UNISO		
24) UAM		
25) PUC-MG		
26) UFJF		
27) UFG		
28) UFSC		
29) UEL		
30) UFSCar		
31) UCB		
32) UFPB		
33) UFC		
34) UFAM		
35) USCS		
36) UFRN		

37) USP Meios		
38) UFPR		